

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Alterações significativas	11

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	12
10.2 - Resultado operacional e financeiro	61
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	62
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	63
10.5 - Políticas contábeis críticas	64
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	65
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	66
10.8 - Plano de Negócios	67
10.9 - Outros fatores com influência relevante	68

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros:

O Governo Federal tem exercido, e continua a exercer, significativa influência sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar desfavoravelmente os negócios, condição financeira e o resultado operacional das controladas da Companhia, distribuidoras de energia elétrica e, conseqüentemente, da Companhia, bem como sua capacidade de pagamentos.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal da República Federativa do Brasil ("Governo Federal"), que modificam as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras para influenciar a regulamentação da economia do Brasil.

As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram no passado, dentre outras, controle de salários e preço, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços importados. Os negócios, condição financeira e resultados das operações das Controladas e, conseqüentemente, da Companhia, podem ser desfavoravelmente afetados em razão de mudanças na política pública que envolvam ou afetem diversos fatores, tais como:

- variação nas taxas de câmbio;
- controle de câmbio;
- inflação;
- flutuações nas taxas de juros;
- liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercados de empréstimos;
- escassez de energia elétrica;
- instabilidade de preços;
- política fiscal e regime tributário; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer ou possam afetar o Brasil.

A Companhia e suas Controladas não têm controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro e não podem prevê-las.

As medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como especulação acerca de quaisquer atos futuros do governo, poderão gerar incertezas na economia brasileira e aumentar a volatilidade do mercado de capitais doméstico, afetando adversamente o negócio, resultados operacionais ou situação financeira das Controladas e, conseqüentemente, da Companhia, bem como sua capacidade de pagamentos.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem influenciar significativamente a incerteza econômica no Brasil, podendo afetar desfavoravelmente os resultados operacionais das Controladas e, conseqüentemente, da Companhia, bem como sua capacidade de pagamentos.

No passado, o Brasil experimentou altíssimas taxas de inflação. A inflação e algumas das medidas do Governo Federal tomadas na tentativa de combatê-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, afetaram de forma negativa e significativa a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Desde a introdução do real, em 1994, a taxa de inflação no Brasil tem permanecido bem abaixo das verificadas em períodos anteriores. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), as taxas de inflação anuais brasileiras em 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 foram 4,5%, 5,9%, 4,3%, 5,9%, 6,5% e 5,8%, respectivamente. Não se pode garantir que a inflação permanecerá nestes níveis.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, limitando assim a

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Medidas futuras a serem tomadas pelo Governo Federal, incluindo aumentos ou reduções da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações visando a ajustar ou fixar o valor do real, poderão acarretar aumentos da inflação. Considerando que praticamente a totalidade das despesas operacionais de caixa das Controladas é denominada em reais, caso o Brasil experimente inflação alta no futuro e não seja possível ajustar as tarifas cobradas pelas Controladas de seus clientes visando a compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custos, os negócios, condição financeira e o resultado das operações das Controladas e, conseqüentemente, da Companhia poderão ser negativamente afetados. Ademais, as pressões inflacionárias e a eventual política adotada pelo Governo Federal para combatê-la poderão impactar o custo dos endividamentos atuais das Controladas e da Companhia e os custos de captação de novos empréstimos, bem como restringir a capacidade de acesso de tais sociedades a mercados financeiros estrangeiros, afetando adversamente os negócios e a capacidade de pagamento das Controladas e da Companhia.

Ademais, eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal poderá resultar em desaceleração no nível de atividade econômica e queda do poder aquisitivo da população, o que também poderá gerar conseqüências negativas para os negócios, condição financeira e o resultado das operações das Controladas e, conseqüentemente, da Companhia.

A instabilidade na taxa de câmbio pode afetar desfavoravelmente a economia brasileira, podendo prejudicar os resultados das operações das Controladas e, conseqüentemente, da Companhia, bem como sua capacidade de pagamentos.

A moeda brasileira tem historicamente sofrido frequentes desvalorizações com relação ao dólar norte-americano e outras moedas fortes ao longo das últimas décadas em decorrência de diversas pressões. No passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e fez uso de diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência de ajustes variou de diária a mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e dois mercados distintos de câmbio. Embora os períodos prolongados de desvalorização da moeda brasileira em geral tenham correspondido à taxa de inflação no Brasil, a desvalorização ao longo de períodos mais curtos resultou em flutuações significativas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar dos Estados Unidos e moedas de outros países. Por exemplo, a desvalorização do real frente ao dólar foi de 18,7% e 52,3% em 2001 e 2002, respectivamente. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar foi de 18,2% em 2003, 8,1% em 2004, 11,8% em 2005, 8,7% em 2006, 17,1% em 2007.

Em 2008, o real desvalorizou 31,9% frente ao dólar dos Estados Unidos, devido, em parte, à crise de crédito global e à desaceleração da economia. Em 2009, o real valorizou 25,5% em relação ao dólar dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2010, a taxa de câmbio entre o real e o dólar era de R\$ 1,6662 por US\$ 1,00, tendo o real valorizado 4,3% naquele ano. No entanto, em 31 de dezembro de 2011, a taxa de câmbio era R\$ 1,8758 por US\$ 1,00, tendo o real desvalorizado 12,6% no ano. Em 31 de dezembro de 2012, a taxa de câmbio era R\$ 2,044 por US\$ 1,00, tendo o real valorizado 9,0%. Considerando a volatilidade que a economia global está enfrentando, não é possível prever qual será a variação futura do real em relação às principais moedas no mercado de câmbio internacional, nem se pode garantir que o real não desvalorizará novamente em relação ao dólar dos Estados Unidos.

As depreciações do real frente ao dólar também podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, que podem afetar negativamente as Controladas e, conseqüentemente, a Companhia. As depreciações geralmente dificultam o acesso aos mercados financeiros estrangeiros e podem incitar a intervenção do Governo Federal, inclusive com a adoção de políticas de recessão econômica. Contrariamente, a apreciação do real em relação ao dólar pode levar à deterioração da conta corrente e do saldo dos pagamentos do Brasil, bem como impedir o crescimento das exportações. Qualquer situação mencionada acima pode afetar desfavoravelmente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais das Controladas e, conseqüentemente, da Companhia, bem como sua capacidade de pagamentos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

As Controladas e, conseqüentemente, a Companhia, estão expostas a riscos decorrentes de aumentos nas taxas de juros e flutuações na taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2012, 31,5% das dívidas bancárias e de emissão consolidadas do Grupo Energisa, equivalentes a R\$ 987.218 mil, estavam denominados em reais e indexados às taxas do mercado financeiro brasileiro, às taxas de inflação e/ou às taxas de juros flutuantes. Conseqüentemente, caso esses índices e taxas de juros venham a subir, as despesas financeiras do Grupo Energisa aumentarão o que poderá afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais das Controladas e da Companhia.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Energisa em 31 de dezembro de 2012, de R\$ 2.815.790 mil (R\$ 2.328.251 mil em 2011), R\$ 987.218 mil (R\$ 888.277 mil em 2011) estão representados em dólares, provenientes da (i) Notes Units (65% emitida pela ESE e 35% emitida pela EPB), cujo saldo em circulação ao final de dezembro, incluindo juros, era de US\$ 173,4 milhões (US\$ 164,7 milhões de principal); (ii) US\$ 42,6 milhões (US\$ 42 milhões de principal) em debêntures emitidas pela ESE; (iii) US\$ 75,9 milhões (US\$ 75,3 milhões de principal) de empréstimos captados pela controlada EMG; (iv) US\$17,8 milhões (US\$17,7 milhões de principal) de empréstimos captados pela controlada ENF; (v) US\$ 10,2 milhões (US\$ 10,0 milhões de principal) de empréstimos captados pela controlada EBO; (vi) US\$75,9 milhões (US\$ 75,5 milhões de principal) de empréstimos captados pela própria Energisa; (vii) US\$ 57,3 milhões (US\$ 56,9 milhões de principal) de empréstimos captados pela controlada EPB; e (viii) US\$ 30,1 milhões (US\$ 30,0 milhões de principal) de empréstimos captados pela controlada ESE.

Restrições sobre a movimentação de capitais para fora do Brasil poderão prejudicar a capacidade das Controladas e da Companhia de cumprir determinadas obrigações de pagamentos em moedas estrangeiras.

A lei brasileira permite que o Governo Federal imponha restrições temporárias à conversão da moeda brasileira em moedas estrangeiras e à remessa para investidores estrangeiros dos recursos de seus investimentos no Brasil sempre que houver um desequilíbrio grave na balança de pagamentos brasileira ou motivos para que se preveja a ocorrência de um sério desequilíbrio. A última vez que o Governo Federal impôs restrições de remessa foi por aproximadamente seis meses em 1989 e no começo de 1990. O Governo Federal poderá tomar medidas semelhantes no futuro, caso julgue necessário. A imposição de restrições à conversão e à remessa de divisas ao exterior pode prejudicar o acesso da Companhia e/ou de qualquer Controlada ao mercado de capitais internacional, além de impedi-las de efetuar pagamentos de suas obrigações de dívida denominadas em moeda estrangeira. Como resultado, essas restrições poderiam afetar adversamente a capacidade de as Controladas e a Companhia de cumprirem suas obrigações de pagamentos em moedas estrangeiras.

Mudanças na economia global e nos mercados emergentes podem afetar adversamente a economia brasileira, o acesso da Companhia e das Controladas aos recursos financeiros e diminuir a capacidade de pagamento das Controladas e da Companhia.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, assim como a oferta de crédito às companhias brasileiras, são influenciados, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. Embora as condições econômicas de tais países possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nestes países poderão ter efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Crises no Brasil e em outros países emergentes ou políticas econômicas de outros países, dos Estados Unidos em particular, podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, assim como a oferta de crédito para as companhias brasileiras.

Caso, no futuro, a Companhia ou suas Controladas apresentem necessidade de obter recursos junto a instituições financeiras ou por meio da captação de recursos no mercado de capitais, eventuais dificuldades na sua obtenção poderão postergar ou impedir a realização de seus

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

projetos ou representar um aumento em seus custos de captação. Em ambos os casos, os resultados financeiros e operacionais da Companhia e das Controladas poderão ser adversamente afetados, bem como sua capacidade de pagamentos.

Crises políticas recentes no País podem afetar a economia brasileira e o mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado, as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de companhias listadas para negociação em bolsa de valores.

Nos últimos anos, políticos brasileiros têm sido acusados de condutas antiéticas ou ilegais. Essas acusações, atualmente investigadas pelo Congresso Nacional do Brasil ("Congresso Nacional"), incluem financiamento de campanhas e violações nas práticas eleitorais, influência de autoridades do Governo Federal em troca de apoio político e outras supostas acusações de corrupção. No período de 2007 a 2009, diversos membros do partido do atual presidente do Brasil e do Governo Federal, incluindo o presidente do partido do presidente do País, renunciaram. Não podemos prever quais serão os efeitos dessas acusações e investigações nas condições políticas e econômicas brasileiras.

Durante as últimas eleições presidenciais, foi observada volatilidade nas taxas de câmbio, juros, nos índices de inflação e nos preços de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras. As incertezas sobre o resultado de eleições e a especulação sobre as medidas de futuro Governo Federal podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco no Brasil, prejudicando o acesso da Companhia e das Controladas aos mercados internacionais, e poderão ter um efeito significativamente adverso sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia e das Controladas e nas suas capacidades de pagamentos.

Alterações em políticas fiscais brasileiras poderão causar um efeito adverso relevante na Companhia e nas Controladas.

O Governo Federal implementou, e poderá implementar novamente no futuro, mudanças em suas políticas fiscais que poderão afetar adversamente os negócios da Companhia e das Controladas. Essas mudanças incluem alterações a alíquotas de tributos, taxas, encargos setoriais e, ocasionalmente, o recolhimento de contribuições temporárias relacionadas a propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em um aumento de tributos, o que poderá afetar negativamente os negócios da Companhia e das Controladas, bem como sua capacidade de pagamentos. Caso não haja o repasse desses tributos adicionais aos consumidores em valores suficientes e prazo hábil, os resultados operacionais e condição financeira das Controladas e, conseqüentemente, da Companhia podem ser adversamente afetados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos:****a) riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia busca proteção para os riscos de mercado (taxa de juros e câmbio), bem como para os riscos de crédito e os riscos de liquidez.

b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*):

A Companhia adota como estratégia de proteção patrimonial o gerenciamento dos riscos de mercado (taxa de juros e câmbio), de crédito e de liquidez. Neste sentido, a Companhia busca operar com instrumentos que permitam maior controle dos riscos a que a Companhia está exposta, conforme diretrizes convencionadas na Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro - Versão 20/12/2012 disponibilizada no *website* da Companhia.

Como estratégia de proteção patrimonial (*hedge*) ao risco de mercado: taxa de juros e câmbio a que a Companhia está exposta, *e.g.*, contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólares, a Companhia firma contratos de derivativos com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio. Referidas operações requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência de suas estruturas.

Como estratégia de proteção patrimonial ao risco de liquidez a que a Companhia está exposta, a Companhia, por meio de fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, mantendo recursos mínimos em disponibilidades e aplicações financeiras, visando garantir o cumprimento de tais compromissos, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

Como estratégia de proteção patrimonial ao risco de crédito a que a Companhia e suas controladas estão expostas, por meio de sua administração, buscam minimizar tais riscos controlando (i) os seus endividamentos pela sua quantidade, duração média ("duration"), custo e escolha de credores (observando qualidade e buscando não concentrar posições), limitação/controle do endividamento essa que também visa reduzir o risco de refinanciamento, através da compatibilização com a geração de caixa, evitando percepção negativa por parte do mercado de capitais sobre o risco associado, preservando assim, a qualidade do crédito; e (ii) aplicações financeiras (investimentos em fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos emitidos por instituições financeiras ou empresas públicas e privadas, nos mercados local e externo) de suas disponibilidades evitando concentração de aplicações financeiras em uma única instituição financeira, operando e realizando suas operações junto a instituições financeiras de reconhecida solidez e percepção de risco.

c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia utiliza para fins de proteção patrimonial instrumentos de proteção às taxas de juros e variação cambial, ou seja, swaps, swaps com opções de compra e venda de forward em dólares.

d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia e suas controladas adotam os seguintes parâmetros para gerenciamentos dos riscos de mercado (taxa de juros e câmbio), de crédito e de liquidez a que estão expostos:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Riscos de crédito:

A gestão dos endividamentos da Companhia e suas controladas deverá buscar o enquadramento aos seguintes limites:

- 1) limite máximo de alavancagem: (a) limite de alavancagem definido pelo indicador dívida total líquida/EBITDA ajustado dos últimos 12 meses ("Limite de Endividamento Líquido"); (b) Limite de Endividamento Líquido consolidado: 1,5-3,0x (permitindo alcançar 3,5x em momentos específicos de aquisição de ativos ou realização de investimentos mais expressivos, neste caso com período de cura de até 36 meses);
- 2) limites mínimos de classificação de risco (*rating*) corporativo equivalente a BB- (Fitch Ratings e/ou Standard & Poor's) e Ba3 (Moody's) em escala global e A (Fitch e/ou S&P) e A2 (Moody's) em escala nacional;
- 3) prazo médio mínimo perseguido (*duration*): prazo médio da dívida líquida consolidada superior a 4 anos, o que dependerá, naturalmente, das condições de mercado para as novas emissões. Operações caracterizadas como empréstimo-ponte poderão ser contratadas visando uma colocação futura em melhores termos, obedecendo aos limites de alavancagem.
- 4) limite de concentração em credores: alavancagem máxima junto aos bancos de fomento e financiadores do mercado nacional, como Banco do Nordeste, Eletrobrás e BNDES, visando um custo médio do capital de terceiros e um "duration" mais adequado às empresas que operam com infraestrutura de energia elétrica. Financiamentos diretos contratados com bancos comerciais e de investimentos deverão perseguir a maior pulverização, evitando concentração de exposição, e um limite consolidado máximo de 75% do EBITDA ajustado consolidado projetado para o exercício em curso ou o realizado do exercício anterior, dos dois o maior.
- 5) constituição de garantias de recebíveis: se for utilizada, no caso a caso, pelo menos, 30% dos recebíveis de titularidade da Companhia e suas controladas deverão estar desonerados, ou seja sem ônus ou gravames.
- 6) contratação de financiamento em moeda estrangeira: respeitado o limite de exposição a moedas estrangeiras a 25% (vinte e cinco por cento) do montante total da dívida onerosa. Eventuais desenquadramentos a este limite deverão ser ajustados em até 120 dias, seja pela redução do estoque de dívida em moedas estrangeiras ou pela contratação de instrumentos financeiros derivativos que protejam de forma razoavelmente segura os efeitos de movimentos cambiais adversos.

A gestão das aplicações da Companhia e suas controladas deverá buscar o enquadramento aos seguintes limites:

- 1) limite de aplicações: (a) concentração máxima de 30% por Banco do total aplicado pelo Grupo Energisa para o caso de Bancos com rating local entre AA+ e AAA, até 10% (dez por cento) do total aplicado para o caso de Bancos com rating local entre A+ e AA, e ainda, 15% (quinze por cento) para títulos de dívidas de Empresas, observados os limites a seguir: limite de 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido, no caso de empresa (considerando a demonstração financeira trimestral mais recente); 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido, no caso de fundo (exceto (i) fundos exclusivos constituídos pela própria Companhia; (ii) Fundos Referenciados DI e Fundos de Renda Fixa - observados apenas os limites de concentração aqui apresentados; Fundo Multimercado - até 20% do valor consolidado aplicado pelo grupo Energisa limitado a R\$300 milhões; Fundos de Ações e Fundo Cambial - não deverão ser utilizados, exceto se na finalidade de hedge de alguma posição passiva correspondente; Fundos de Fundos e Fundos Mistos -

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

deverão observar as limitações acima, no tratamento dos fundos originários); e 5% do patrimônio líquido, no caso de instituição financeira, exceto (i) bancos de pequeno e médio porte (conforme listagem publicada pelo Banco Central, de acordo com o ativo total da instituição, considerando os 10 primeiros bancos como bancos de grande porte, o 11º a 30º de médio porte e 31º em diante de pequeno porte), cujas operações gerais ou com o grupo Energisa contem com suporte ou *comfort letter* de sua matriz no exterior, cujo limite poderá ser de até 10% do patrimônio líquido local, desde que a matriz possua *rating* global superior a A-, (ii) operação de CDB ou RDB seja na modalidade de DPGE poderá ser aplicado até o limite garantido, hoje fixado em R\$ 20 (vinte) milhões para o somatório das aplicações nesta modalidade de investimento para cada CNPJ, obedecendo a exposição máxima de 5% em relação ao patrimônio líquido do banco e desde que o mesmo possua *rating igual* ou superior a A- (Local).

- 2) aplicações financeiras com prazo de indisponibilidade de liquidez superior a 2 (dois) anos deverão contar com aprovação específica do Conselho de Administração da Companhia e suas controladas;
- 3) As aplicações deverão respeitar o rating mínimo da contra-parte de (i) no caso de Bancos, A+ (Local) e BBB (Global) (ii) No caso de empresas, A- (local) e/ou BB- (Global).

Risco de mercado (taxa de juros e câmbio):

A gestão dos derivativos contratados pela Companhia e suas controladas deverá buscar o enquadramento aos seguintes limites:

- 1) "*notional*" das operações: quantidade mínima para operações de "hedge" e/ou "swap" de taxa de câmbio deverá ser de 85% do *notional* de endividamento em moeda estrangeira, limitada a 100% deste endividamento (não é permitida alavancagem).
 - a. a quantidade máxima contratada em operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) deverá obedecer 100% do limite do "*notional*" das aplicações financeiras e/ou 100% do "*notional*" do endividamento em moeda local (Reais).
 - b. o grupo Energisa poderá transacionar operações envolvendo NDFs - *Non Deliverable Forwards* - cambiais, visando a proteção adicional de balanço ou mesmo a arbitragem em períodos de maior volatilidade, limitado a US\$ 50 milhões no somatório destas exposições. A exposição por instituição financeira, medida pelo MtM (*Marked-to- Market*) passivo da mesma, não poderá ultrapassar o limite de 5% do patrimônio líquido da instituição financeira, observadas as demonstrações financeiras publicadas mais recentes. Este limite de exposição deverá ser observado para qualquer operação de derivativo do grupo Energisa, independente de sua estrutura.
 - c. operações de NDFs cambiais, cujo valor de mercado represente uma perda superior a 15% do seu valor de aquisição, deverão ser liquidadas antecipadamente em até 2 (dois) dias úteis ou submetidas a avaliação do Comitê de Gestão de Riscos para um novo direcionamento, observado este prazo.
 - d. é mantida a liberdade para venda de opções vanilla com limitador, pelo menos, 20% acima da curva forward, conforme abaixo descrito.
- 2) venda de opções cambiais (venda do direito de comprar ou vender): a venda de opções de um determinado ativo base deve, necessariamente, estar ligada a operações de derivativos compradas neste mesmo ativo base com limite máximo da posição: "*notional*" da operação

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

comprada no ativo base e "*strike*" mínimo de 20% acima da curva *forward* de mercado para o ativo base na data de realização da operação. Sempre que o Strike mínimo, observado o período compreendido entre a data da contratação e o vencimento da operação, em decorrência de uma depreciação cambial, for reduzido para níveis inferiores a 10%, deverá ser convocada reunião do Comitê para avaliar a necessidade de adoção de medidas de adequação deste nível de proteção.

- 3) compra de opções cambiais (compra do direito de comprar ou de vender): a compra de opções cambiais de um determinado ativo base deve estar relacionada à proteção complementar a operações vigentes de derivativos no ativo base. No caso de arbitragem, estas operações não devem compreender uma compra de opções com prêmio superior a R\$10 (dez) milhões por exercício fiscal, sendo que deverá ser desarmada, em até 2 (dois) dias úteis, sempre que a perda alcançar 50% do valor da opção comprada, ou submetidas a avaliação do Comitê para um novo direcionamento.
- 4) instrumentos elegíveis para derivativos financeiros: swaps vanilla (Câmbio, Juros e Inflação); swaps com caps (Câmbio, Juros e Inflação + Venda de Opções Vanilla); opções europeias (Câmbio); e non deliverable forwards (NDFs) (Câmbio).

Risco de Liquidez:

A gestão dos níveis de liquidez a que Companhia e suas controladas estão expostas deverá buscar o enquadramento aos seguintes limites:

- i) Limite de Caixa Mínimo equivalente ao maior entre: (i) 30 (trinta) dias de faturamento bruto do exercício anterior; ou (ii) 50% (cinquenta por cento) do EBITDA ajustado do ano anterior; ou (iii) disponibilidades suficientes para que a razão Caixa e Equivalentes / Dívida de curto prazo seja maior que 1,25x (uma vírgula vinte e cinco vezes).

e) Instrumentos financeiros operados pela Companhia com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*), indicando quais são esses objetivos

A Companhia, bem como suas controladas, com base na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" podem transacionar operações de câmbio visando a proteção adicional de balanço ou mesmo a arbitragem em períodos de maior volatilidade, limitado ao valor total de US\$50 milhões (somatório de todas as exposições).

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos:

O processo de gestão de risco de mercado financeiro é conduzido pelo Comitê de Gestão de Riscos decorrentes do mercado financeiro ("Comitê de Gestão de Riscos"), que tem o dever de avaliar processos e procedimentos e de propor melhores alternativas. Esse comitê pode propor à Vice-Presidência Financeira operações a serem avaliadas e, eventualmente, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos se reúne pelo menos trimestralmente, ficando preservada a prerrogativa de reuniões extraordinárias, sendo composto, pelo menos, pelos seguintes membros: o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (na data deste Formulário de Referência, o Sr. Maurício Perez Botelho), o Diretor de Finanças Corporativas (na data deste Formulário de Referência, o Sr. Cláudio Brandão Silveira) e consultor externo da Companhia especializado em gestão de riscos de caixa e dívida.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Vice Presidência Financeira, através dos relatórios diários recebidos e do Relatório Trimestral de Acompanhamento, gerenciará a exposição de risco do Grupo, subsidiando assim a tomada de decisão sobre a realização de operações e ações necessárias para sua mitigação. Tais ações e operações deverão sempre respeitar os parâmetros definidos na Política de Gestão de Riscos.

O consultor externo da Companhia se encarrega da emissão de relatórios diários de acompanhamento e da revisão do Relatório de Acompanhamento da Política de Gestão de Riscos elaborado pelo Departamento Financeiro com periodicidade trimestral, o qual atesta o cumprimento da mesma, os "waivers" vigentes e a recomendação para adequação, caso necessário. Este relatório é enviado aos membros do Comitê de Gestão de Riscos.

Cabe à auditoria interna, ligada à Assessoria Corporativa de Gestão de Riscos da Companhia, a obrigação de validar os relatórios emitidos e/ou validados pelo consultor externo.

g) Adequação da estrutura operacional e controle interno para verificação da efetividade da política adotada:

A Companhia e suas controladas acreditam que dispõem de uma estrutura operacional e de um controle interno adequados para verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos adotada para o grupo Energisa.

Não obstante, a administração da Companhia e a de suas controladas permanecem atentas aos movimentos de mercado, de forma que as operações potencialmente expostas aos riscos gerenciados pela administração da Companhia e a administração de suas controladas poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização, do nível de endividamento, do perfil das aplicações financeiras oferecidas e liquidez da Companhia e suas controladas. Referida reestruturação da proteção da Companhia poderá ser feita mediante o aumento dos patamares de proteção aos riscos de crédito, de liquidez e de mercado (taxa de juros e câmbio), mesmo utilizando a compra de novas opções de compra (*calls*) e/ou contratos a termo de moeda sem entrega física (dólar futuro), visando uma proteção adicional.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social:

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 - Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Todas as informações que entendemos relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 foi de 1,35. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esses índices foram de 1,91 e 1,57, respectivamente.

A Dívida Líquida consolidada em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 1.933,4 milhões e dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 eram de R\$ 1.604,7 milhões e R\$ 1.306,2 milhões, respectivamente.

A Companhia apresentou em 2012 um lucro líquido de R\$ 291,1 milhões, contra R\$ 212,1 milhões em 2011, um aumento de 37,2%. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, o lucro líquido foi de R\$ 194,6 milhões, contra R\$ 276,9 milhões em 2009.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, os EBITDAs Ajustados foram de R\$ 683,5 milhões (aumento de 15,7% sobre 2011); R\$ 591,0 milhões (aumento de 9,0% sobre 2010), R\$ 542,2 milhões (redução de 7,4% sobre 2009), respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2012, a relação "Dívida Líquida/EBITDA Ajustado", considerando o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, foi de 2,8 vezes. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esses índices foram de 2,7 vezes e 2,4 vezes, respectivamente.

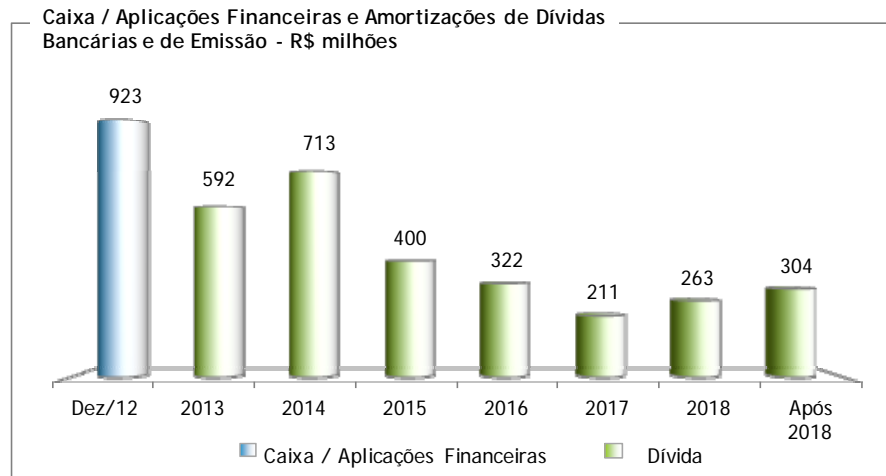
O aumento da relação de "Dívida Líquida/EBITDA Ajustado" está associado à busca da companhia por um melhor balanceamento de seu portfólio de investimentos entre distribuição e geração de energia elétrica. Esta estratégia está alinhada com o conceito de que as empresas do setor elétrico classificadas como "Integradas", com portfólio balanceado entre geração e distribuição, possuem uma melhor percepção de risco. Para concretizar este programa de expansão da geração, a Companhia vai investir de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão no próximo triênio, dos quais 58% serão destinados à geração de energia elétrica por meio de fontes renováveis.

Os investimentos em geração têm como característica principal o relevante descasamento temporal entre a realização de investimentos e geração de resultados operacionais. Os projetos demandam capital intensivo por aproximadamente dois anos antes que comecem a gerar resultados e fluxo de caixa. A consequência, é que a dívida líquida oriunda dos projetos de geração não possui a contrapartida imediata do EBITDA Ajustado. A Diretoria da Companhia acredita que a relação "Dívida Líquida/EBITDA Ajustado" será reduzida na medida em que os investimentos em geração entrarem em operação comercial.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, tem seu cronograma de amortizações escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de 4,1 anos. A posição de caixa no fim de 2012 representa 1,5 vezes o endividamento de curto prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados da Energisa, em 31 de dezembro de 2012, vis-à-vis o caixa, está representado pela ilustração abaixo:



O custo médio da dívida da Companhia tem se mantido em níveis adequados ao longo dos anos (8,81% ao ano, em 31 de dezembro de 2012, 11,72% ao ano, em 31 de dezembro de 2011) e 12,60% ao ano, em 31 de dezembro de 2010.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre o Patrimônio Líquido apresenta conservadores níveis de alavancagem. Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 essa relação era de 129%, 123% e 110%, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital tem se situado em níveis adequados.

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 1.482,6 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 1.933,4 milhões. Já em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 1.304,3 milhões e de R\$ 1.604,7 milhões, respectivamente. E em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 1.188,2 milhões e de R\$ 1.306,2 milhões, respectivamente.

i) hipóteses de resgate;

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 923,1 milhões, contra R\$ 747,2 milhões em 31 de dezembro de 2011. O montante em dezembro de 2012 é 1,5 vezes superior às dívidas consolidadas de curto prazo, que somam R\$ 602,0 milhões e correspondem a 21,1% das dívidas consolidadas totais. Em 31 de dezembro de 2010 a posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras eram de R\$ 564,4 milhões.

Até 31 de dezembro de 2012 o Caixa Líquido Consolidado gerado nas Atividades Operacionais foi de R\$ 684,5 milhões, contra R\$ 570,6 milhões em 2011 e R\$ 353,1 milhões em 2010.

A Dívida Líquida Consolidada ao final dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 eram de R\$ 1.933,4 milhões, R\$ 1.604,7 milhões e R\$ 1.306,2 milhões, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012, a relação “Dívida Líquida/EBITDA Ajustado”, considerando o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, foi de 2,8 vezes. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esses índices foram de 2,7 vezes e 2,4 vezes, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2012 o passivo circulante consolidado era de R\$ 1.179,1 milhões, contra R\$ 736,2 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 748,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais obrigações referem-se aos empréstimos e financiamentos. Os Diretores da Companhia avaliam que a Companhia tem alta capacidade de cumprir com seus compromissos financeiros junto a fornecedores, governo, acionistas e empregados, além de garantir os seus investimentos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As operações financeiras de captação de recursos realizadas pelo Grupo Energisa em 2012 totalizaram R\$ 1.022,4 milhões, tendo sido: (i) R\$ 194,5 milhões financiados pelo BNDES, dos quais R\$ 24,4 milhões para suporte aos investimentos das distribuidoras e R\$ 170,1 milhões referente a empréstimo ponte dos empreendimentos eólicos em construção no Rio Grande do Norte (total contratado de R\$ 283,5 milhões); (ii) R\$ 12,5 milhões financiados pela Eletrobrás para apoio ao Programa Nacional de Universalização e Uso da Energia Elétrica, sendo R\$ 10,8 milhões com recursos de subvenção da CDE; (iii) R\$ 400 milhões em emissão de debêntures pela Companhia; e (iv) R\$ 415,4 milhões de empréstimos de longo prazo denominados em dólar com “swap” para reais até o vencimento.

Em 2011 as captações totalizaram R\$ 520,7 milhões, sendo: (i) R\$ 49,9 milhões financiados pelo BNDES e pela Eletrobrás para suporte aos investimentos das distribuidoras controladas; (ii) R\$ 16,9 milhões financiados pela Eletrobrás para suporte ao Programa Nacional de Universalização e Uso da Energia Elétrica, sendo R\$ 15,3 milhões com recursos de subvenção da CDE; (iii) R\$ 21,1 milhões de financiamento do BNDES para a construção das três PCHs no Rio Grande (total contratado de R\$ 150 milhões, dos quais R\$ 142,2 milhões já foram liberados até final de 2011); (iv) R\$ 8,1 milhões financiados pelo Banco do Nordeste para os investimentos das distribuidoras Energisa Sergipe, Energisa Paraíba e Energisa Borborema; (v) R\$ 329,6 milhões (US\$ 200 milhões) de Notas Perpétuas com Opção de Diferimento de Juros emitidas em 27 de janeiro de 2011 no mercado de capitais internacional e listadas no mercado da Bolsa de Luxemburgo.

Em 2010 as captações totalizaram R\$ 507,2 milhões, sendo: (i) R\$ 10,9 milhões financiados pelo BNDES e pela Eletrobrás para suporte aos investimentos das distribuidoras controladas; (ii) R\$ 27,1 milhões financiados pela Eletrobrás para suporte ao Programa Luz para Todos, sendo R\$ 16,3 milhões com recursos de subvenção da CDE; (iii) R\$ 87,2 milhões do financiamento do BNDES para a construção das três PCHs no Rio Grande (total contratado de R\$ 150 milhões, dos quais R\$ 123 milhões já foram liberados até final de 2010); (iv) R\$ 81,0 milhões financiados pelo Banco do Nordeste para os investimentos das distribuidoras Energisa Sergipe, Energisa Paraíba e Energisa Borborema; (v) R\$ 1,6 milhões em contrato de dívida firmado com o fundo previdenciário dos empregados da Energisa Paraíba (Funasa) e (vi) R\$ 299,4 milhões em emissão de debêntures pela Companhia.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Buscamos sempre financiamentos que aperfeiçoem o perfil de endividamento do grupo através do BNDES, Banco do Nordeste, Financiamento Eletrobrás e outras fontes de financiamentos bancários, como Debêntures, Cédulas de Créditos Bancários e Bonds no mercado externo.

Adicionalmente, a Companhia tem linhas de financiamentos pré-aprovadas e não utilizadas com bancos de primeira linha caso haja necessidade de algum capital de giro.

O Grupo buscará o controle dos endividamentos pela sua quantidade, duração média (“duration”), custo e escolha de credores (observando qualidade e concentração).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A contratação de qualquer endividamento deverá observar:

- Aderência ao orçamento aprovado,
- Regimento interno da diretoria, que estabelece a competência dos executivos da Companhia para a contratação das operações,
- Aprovações específicas do Conselho de Administração
- Alavancagem do Grupo (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado)
- Rating corporativo em escala global e em escala nacional,
- Prazo Médio Mínimo Perseguido (Duration),
- Limite de Concentração em Credores,
- Buscar alavancagem máxima junto aos bancos de fomento e financiadores do mercado nacional, como Banco do Nordeste, Eletrobrás e BNDES, visando um melhor custo médio do capital de terceiros e um “duration” adequado às empresas que operam com infraestrutura de energia elétrica,
- Financiamentos diretos contratados com bancos comerciais e de investimentos deverão perseguir a maior pulverização (evitando concentração de exposição) e um limite consolidado máximo de 75% (setenta e cinco por cento) do EBITDA Ajustado Consolidado projetado para o exercício em curso ou o realizado do exercício anterior, dos dois o maior,
- Privilegiar operações sem garantias (“clean”), evitando principalmente a concessão de recebíveis em garantia,
- Garantias pessoais de executivos ou acionistas não deverão ser praticadas, visando a independência operacional e financeira das empresas,
- A Companhia poderá prestar garantias às operações de suas subsidiárias,
- Instrumentos de acesso ao mercado financeiro nacional (debêntures, commercial papers, FIDCs) deverão ser perseguidos, visando manter a presença da Companhia no mercado financeiro local. Deverão ser preservadas as estruturas de sucesso já desenvolvidas, como o FIDC Energisa, com prazos e custos cada vez mais atraentes.
- Estes instrumentos poderão ser utilizados, inclusive, para a adequação da estrutura de capital das unidades de negócio, de forma a aproximá-las da alavancagem regulatória.
- Limitação de exposição a moedas estrangeiras a 25% (vinte e cinco por cento) do montante total da dívida onerosa.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 2.856,5 milhões, sendo R\$ 1.933,4 milhões a dívida líquida. Já em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 2.350,0 milhões, sendo R\$1.604,7 milhões a dívida líquida. E em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 1.870,6 milhões, sendo R\$ 1.306,2 milhões a dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2012, a relação “Dívida Líquida/EBITDA Ajustado”, considerando o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, foi de 2,8 vezes. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esses índices foram de 2,7 vezes e 2,4 vezes, respectivamente.

A relação dívida líquida consolidada sobre o Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 era de 129%, 123% e 110%, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes**

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte, em 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2011 e em 01 de janeiro de 2011 (valores expressos em R\$ mil):

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total			Ref.
			Circulante	Não Circulante	2012	2011	01/01/2011	
ENERGISA S/A	Em moeda estrangeira							
	TÍTULOS PERPÉTUOS	-	-	-	-	382.527	-	(1)
	CITIBANK	739	-	154.320	155.059	-	-	(3)
	Total em moeda estrangeira	739	-	154.320	155.059	382.527	-	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	(4.119)	-	
	Total ENERGISA S/A	739	-	154.320	155.059	378.408	-	
ENERGISA SERGIPE	Em moeda nacional							
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa II(*)	-	-	-	-	13.154	26.230	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III(*)	78	-	15.000	15.078	15.135	15.149	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	12	153	455	620	785	952	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	46	421	2.021	2.488	2.955	3.421	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	512	2.481	3.060	3.506	5.097	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	8	62	391	461	455	152	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	3	29	255	287	286	173	
	Eletrobrás - Subtransmissão	89	3.141	2.606	5.836	6.123	4.934	
	Eletrobrás - Luz no Campo	-	-	-	-	190	471	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	1.489	-	1.489	16.478	-	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	-	-	-	-	4.758	11.307	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos	24	2.229	8.780	11.033	13.537	16.314	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2007-2008 (FNE)						
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	1.701	3.651	4.138	9.490	11.280	13.077
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	140	2.648	18.904	21.692	23.642	21.112
	Banco HSBC - FINAME	-	-	-	-	-	35
	Banco Itaú BBA - FINAME	60	508	5.275	5.843	3.138	527
	Financiamento INERGUS Plano de benefício BD - 1	-	3.095	27.074	30.169	23.430	24.107 (4)
	Financiamento INERGUS Plano Saldado	-	4.196	22.613	26.809	23.518	25.344 (4)
	Total em moeda nacional	2.228	22.134	109.993	134.355	162.370	168.402
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(11)	(62)	(717)	(790)	(791)	(881)
	Em moeda estrangeira						
	NOTES UNITS	11.561	218.647	-	230.208	211.484	187.853 (2) e(3)
	Bank of America Merrill Lynch	135	-	61.305	61.440	-	- (3)
	Total em moeda estrangeira	11.696	218.647	61.305	291.648	211.484	187.853
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(708)	-	(708)	(6.299)	(6.624)
	Total ENERGISA SERGIPE	13.913	240.011	170.581	424.505	366.764	348.750
ENERGISA PARAÍBA	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	-	-	-	-	6.723	13.254
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	339	-	61.000	61.339	61.548	61.575
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	29	337	1.127	1.493	1.881	2.268
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	72	510	2.504	3.086	3.659	4.209
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	616	2.086	2.769	3.180	5.479
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	58	444	2.267	2.769	4.388	4.882
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	86	379	3.320	3.785	4.185	4.323
	Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	7	408	3.433	3.848	2.222	1.330
	Eletrobrás - Subtransmissão	73	7.939	12.192	20.204	24.965	8.939
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	11	-	11	32	52
	Eletrobrás -	-	8	11	19	33	49

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Eletrificação Rural						
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	6	8	14	24	34
	Eletrobrás - Luz no Campo	-	-	-	-	74	319
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	-	-	-	1.737
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	-	-	6.908	10.390
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	7.096	7.096	-	-
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	-	6.139	4.875	11.014	16.910	22.943
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	9	10.094	33.232	43.335	52.229	61.759
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	-	8.784	47.033	55.817	57.785	58.963
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	1	2.433	8.496	10.930	13.366	15.791
	Banco HSBC - FINAME	-	-	-	-	-	29
	Banco Itaú BBA - FINAME	91	1.464	9.147	10.702	7.150	3.161
	Financiamento Funasa	-	-	-	-	-	17.400
	Total em moeda nacional	832	39.572	197.827	238.231	267.262	298.886
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(43)	(287)	(1.732)	(2.062)	(2.434)	(2.794)
	Em moeda estrangeira						
	NOTES UNITS	6.225	117.834	-	124.059	113.878	101.154 (2) e (3)
	Banco Itaú BBA	550	-	34.535	35.085	-	- (3)
	Citibank	168	-	81.740	81.908	-	- (3)
	Total em moeda estrangeira	6.943	117.834	116.275	241.052	113.878	101.154
	(-) Custos de captação incorridos na contratação	-	(381)	-	(381)	(3.282)	(3.567)
	Total ENERGISA PARAÍBA	7.732	156.738	312.370	476.840	375.424	393.679
MINAS GERAIS	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	-	-	-	-	16.778	33.136
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	76	-	15.000	15.076	15.131	15.135
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	64	1.511	4.066	5.641	6.776	7.911
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	13	37	52	62	71

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	301	2.733	17.960	20.994	23.990	27.030	
	Eletrobrás - Subtransmissão	-	234	1.169	1.403	269	-	
	Banco HSBC - repasse BNDES	-	-	-	-	1.673	4.272	
	Banco HSBC - repasse BNDES	7	694	1.080	1.781	2.274	2.787	
	Banco HSBC - repasse BNDES	4	234	536	774	928	1.012	
	Banco HSBC - repasse BNDES	7	319	740	1.066	1.387	1.708	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	15	368	3.281	3.664	4.152	-	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	2	208	860	1.070	1.182	-	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	5	151	1.370	1.526	1.733	-	
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	1	6	2.404	2.411	622	-	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	205	557	1.443	2.205	2.088	-	
	Banco Itaú BBA - FINAME	38	1.074	4.153	5.265	3.507	324	
	Caixa Econômica Federal - FINAME	45	-	4.306	4.351	-	-	
	Banco Bradesco - CCB	763	12.501	24.999	38.263	51.208	63.882	(2) e (3)
	Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	72	2.446	15.454	17.972	-	-	
	Total em moeda nacional	1.607	23.049	98.858	123.514	133.760	152.268	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(11)	(71)	(274)	(356)	(357)	(560)	
	Em moeda estrangeira							
	Citibank	288	-	33.848	34.136	31.083	-	(3)
	Bank of America Merrill Lynch	326	-	58.672	58.998	53.744	-	(3)
	Banco Itaú BBA	516	-	61.304	61.820	-	-	(3)
	Total em moeda estrangeira	1.130	-	153.824	154.954	84.827	-	
	Total ENERGISA MINAS GERAIS	2.726	22.978	252.408	278.112	218.230	156.708	
NOVA FRIBURGO	Em moeda nacional							
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	-	-	-	-	6.693	13.234	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	20	-	4.000	4.020	4.053	4.058	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	-	91	272	363	440	529	
	Eletrobrás - Luz para Todos - Emergencial	-	-	632	632	-	-	
	Banco Pine - repasse	-	-	-	-	926	2.346	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	BNDES						
	Banco HSBC - repasse BNDES	2	147	344	493	67	215
	Banco HSBC - repasse BNDES	1	68	159	228	792	816
	Banco HSBC - repasse BNDES	1	48	113	162	265	313
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	6	183	1.278	1.467	1.651	-
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	1	77	383	461	480	-
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	3	77	533	613	688	-
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	2	125	877	1.004	1.133	-
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	205	557	1.443	2.205	2.088	-
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	3	74	401	478	407	106
	Banco Santander Brasil	-	-	-	-	5.021	5.590
	Banco ITAU BBA - BNDES AUTOMATICO	16	433	4.795	5.244	-	-
	Banco ITAU BBA - BNDES AUTOMATICO	36	181	1.117	1.334	-	-
	Total em moeda nacional	296	2.061	16.347	18.704	24.704	27.207
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(3)	-	(47)	(50)	(117)	(196)
	Em moeda estrangeira						-
	Citibank	145	-	16.975	17.120	15.588	- (3)
	Bank of America Merrill Lynch	51	-	8.230	8.281	-	- (3)
	Banco Itaú BBA	102	-	11.055	11.157	-	- (3)
	Total em moeda estrangeira	298	-	36.260	36.558	15.588	-
	Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	591	2.061	52.560	55.212	40.175	27.011
BORBOREMA	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	-	-	-	-	6.542	13.086
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	35	-	5.000	5.035	5.039	5.040
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	2	81	145	228	287	347
	Eletrobrás - Luz no Campo	-	1	-	1	6	11
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	6	2.070	6.645	8.721	10.058	11.203
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	6	1.377	6.480	7.863	8.038	1.894

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Banco Itaú BBA - FINAME	8	140	806	954	743	281	
	Total em moeda nacional	57	3.669	19.076	22.802	30.713	31.862	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(4)	(25)	(118)	(147)	(242)	(354)	
	Em moeda estrangeira							
	Bank of America Merrill Lynch	114	-	8.230	8.344	-	-	(3)
	Banco Itaú BBA	195	-	12.262	12.457	-	-	(3)
	Total em moeda estrangeira	309	-	20.492	20.801	-	-	
	Total ENERGISA BORBOREMA	362	3.644	39.450	43.456	30.471	31.508	
SOLUÇÕES	Em moeda nacional							
	Banco HSBC - Leasing	-	-	-	-	-	40	
	Finep	19	1.053	5.091	6.163	7.134	4.089	
	Total em moeda nacional	19	1.053	5.091	6.163	7.134	4.129	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(6)	(29)	(35)	(41)	(41)	
	Total ENERGISA SOLUÇÕES	19	1.047	5.062	6.128	7.093	4.088	
ENERGISA GERAÇÃO RIO GRANDE S/A	Em moeda nacional							
	BNDES- Financ. Invest.	292	9.764	83.168	93.224	100.976	93.616	(2)
	BNDES- Financ. Invest.	75	3.583	29.117	32.775	37.622	35.756	(2)
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	195	557	1.443	2.195	2.088	-	
	Total em moeda nacional	562	13.904	113.728	128.194	140.686	129.372	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(248)	(248)	(234)	(234)	
	Total ENERGISA RIO GRANDE GERAÇÃO	562	13.904	113.480	127.946	140.452	129.138	
SPE CRISTINA	Em moeda nacional							
	BDMG - repasse BNDES	27	763	6.181	6.971	7.278	-	
	BDMG - repasse BNDES	5	344	2.037	2.386	2.759	-	
	Total em moeda nacional	32	1.107	8.218	9.357	10.037	-	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(6)	(41)	(47)	(50)	-	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Total SPE CRISTINA	32	1.101	8.177	9.310	9.987	-	
SERV. AÉREOS	Em moeda nacional						-	
	LEASING BRADESCO	-	534	1.147	1.681	-	-	
	Total em moeda nacional	-	534	1.147	1.681	-	-	
	Total ENERGISA SERVIÇOS AÉREOS	-	534	1.147	1.681	-	-	
CENTRAL EÓLICA RENASCENÇA I S/A	Em moeda nacional						-	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	10	-	34.020	34.030	-	-	(2)
	Total em moeda nacional	10	-	34.020	34.030	-	-	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(162)	(162)	-	-	
	Total ENERGISA RENASCENÇA I	10	-	33.858	33.868	-	-	
CENTRAL EÓLICA RENASCENÇA II	Em moeda nacional						-	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	10	-	34.020	34.030	-	-	(2)
	Total em moeda nacional	10	-	34.020	34.030	-	-	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(162)	(162)	-	-	
	Total ENERGISA RENASCENÇA II	10	-	33.858	33.868	-	-	
CENTRAL EÓLICA RENASCENÇA III	Em moeda nacional						-	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	10	-	34.020	34.030	-	-	(2)
	Total em moeda nacional	10	-	34.020	34.030	-	-	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(162)	(162)	-	-	
	Total ENERGISA RENASCENÇA III	10	-	33.858	33.868	-	-	
CENTRAL EÓLICA RENASCENÇA IV	Em moeda nacional						-	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	10	-	34.020	34.030	-	-	(2)
	Total em moeda nacional	10	-	34.020	34.030	-	-	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(162)	(162)	-	-	
	Total ENERGISA RENASCENÇA IV	10	-	33.858	33.868	-	-	
VENTOS DO SÃO MIGUEL S/A	Em moeda nacional						-	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	10	-	34.020	34.030	-	-	(2)
	Total em moeda nacional	10	-	34.020	34.030	-	-	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(162)	(162)	-	-	
	Total ENERGISA VENT.SÃO MIGUEL	10	-	33.858	33.868	-	-	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CONSOLIDADO	Total em moeda nacional	5.683	107.083	740.385	853.151	776.666	817.126	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(72)	(457)	(4.016)	(4.545)	(1.832)	(5.060)	
	Total em moeda estrangeira	21.115	336.481	542.476	900.072	808.304	289.007	
	Custos de captação incorridos na contratação	-	(1.089)	-	(1.089)	(16.134)	(10.191)	
	TOTAL	26.726	442.018	1.278.845	1.747.589	1.567.004	1.090.882	

- (*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$63.986 (R\$92.886 em 2011), registrado na rubrica "recursos vinculados" no ativo circulante consolidado.
- (1) Em 27 de setembro de 2012, a Companhia efetuou a recompra antecipada dos Títulos Perpétuos com Opção de Diferimento de Juros listados no mercado alternativo da Bolsa de Luxemburgo em 27 de janeiro de 2011. A recompra foi realizada ao custo de 101% do valor de face nas Notas Perpétuas, acrescido dos juros incidentes até a data da recompra, pelo montante de R\$416.000 (US\$205.300).
- (2) Os financiamentos relativos às NOTES UNITS, BNDES (Energisa Geração Rio Grande, Central Eólica Renascença I, II, III e IV e Ventos do São Miguel S/A) e Bradesco (CCB), possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 33 - Instrumentos Financeiros). Em 31 de dezembro de 2012, todas as exigências contratuais foram cumpridas.
- (3) Os contratos referentes aos NOTES UNITS, Bank of America Merrill Lynch, Citibank e Itaú BBA possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 33).
- (4) Referem-se à contratos de assunção de dívida firmado com o Fundo de Pensão - Inergus para os planos de aposentadoria de benefício BD - 1 e Plano Saldado PO (vide nota explicativa nº 34).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2012:

Empresa	Características da Operação					Custo da Dívida				Ref
	Operação	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)		
ENERGISA	Citibank	Abr-2018	Semestral, após abr.2016	Aval Energisa S.A.	52	Dólar	+	1,64% a.a	1,64% a.a	(1)
ENERGISA SE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	78	CDI	+	0,7%	0,83%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	out-2016	mensal	Recebíveis	23	RGR	+	5,0%	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	32	RGR	+	5,0%	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out-2019	mensal	Recebíveis	40	RGR	+	5,0%	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	jul-2022	mensal	Recebíveis	55	RGR	+	5,0%	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	out-2022	mensal	Recebíveis	59	RGR	+	5,0%	5,0%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	15	RGR	+	5,0%	5,0%	
	Eletrobrás - Luz no Campo	jul-2012	mensal	Recebíveis	6	RGR	+	5,0%	5,0%	
	Eletrobrás - Devolução LPT	jan-2013	mensal	Recebíveis	1	Selic Acumulada				
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	28		pré-fixado	8,3%	8,48	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	17	TJLP	+	4,0%	4,18%	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	41		pré-fixado	8,4%	8,4%	(2)
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	50		pré-fixado	de 4,5% a 5,5%	de 4,5% a 5,5%	
	Financiamento INERGUS - Plano de benefício BD - 1	mar-2029	mensal	Fiança Energisa S/A	89	INPC/IPCA	+	6,0%	6,0%	
	Financiamento INERGUS - Plano Saldado	set-2021	mensal	Fiança Energisa S/A	54	INPC/IPCA	+	6,0%	6,0%	
	NOTES UNITS	jul-2013	final	-	7	Dólar	+	10,5%	10,94%	(1)
	Bank of America Merrill Lynch	Set-2015	Final	Aval Energisa S.A.	33			Libor + 2,45%		(1)
ENERGISA PB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez. 2017	Recebíveis	78	CDI	+	0,7%	0,83%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	24	RGR	+	5,0%	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	ago-2019	mensal	Recebíveis	36	RGR	+	5,0%	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	nov-2020	mensal	Recebíveis	45	RGR	+	5,0%	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	ago-2021	mensal	Recebíveis	52	RGR	+	5,0%	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	out-2022	mensal	Recebíveis	59	RGR	+	5,0%	5,0%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	18	RGR	+	5,0%	5,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural I	nov-2013	trimestral	-	6	RGR	+	8,0%	8,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural II	nov-2014	trimestral	-	12	RGR	+	8,0%	8,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural III	nov-2014	trimestral	-	12	RGR	+	8,0%	8,0%	
	Eletrobrás - Devolução LPT	set-2013	mensal	Recebíveis	7	Selic Acumulada				
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2014	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	12		pré-fixado	7,7%	7,7%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	27		pré-fixado	7,8%	8,0%	(2)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun-2019	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	27	pré-fixado	8,1%	8,1%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	39	TJLP	+	4,0%	4,2%
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	50	pré-fixado	de 4,5% a 5,5%	4,5% a 5,5%	(1)
	NOTES UNITS	jul-2013	final	-	7	Dólar	+	10,5%	
	Banco Itaú BBA	Ago-2015	Final	Aval Energisa S.A.	32	Dólar	+	3,2466	
	Citibank	Set-2017	Anual após set. 2016	Aval Energisa S.A.	51	Libor	+	1,8987	
ENERGISA MG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez. 2017	Recebíveis	78	CDI	+	0,7%	0,83%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	27	RGR	+	5,0%	5,0%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	27	RGR	+	5,0%	5,0%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	42	RGR	+	5,0%	5,0%
	Eletrobrás Subtransmissão	mar-2018	mensal, após mar. 2013	Recebíveis	32	RGR	+	5,0%	5,0%
	Banco HSBC - repasse BNDES I	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	19	TJLP	+	4,3%	4,3%
	Banco HSBC - repasse BNDES II	mai-2016	mensal	Aval da Energisa S.A.	21	UMBND	+	4,3% + juros variáveis	4,3%
	Banco HSBC - repasse BNDES III	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	21	TJLP	+	3,9%	3,9%
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES I	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	50	TJLP	+	4,75%	4,75%
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES II	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	45	UMBND	+	3,75%+ juros variáveis	3,75%+ juros variáveis
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES III	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	50	TJLP	+	5,95%	5,95%
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES IV	jan-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	55	pré-fixado		5,5%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar 2013	Aval Energisa S.A.	19	pré-fixado		5,5%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até mai-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	54	pré-fixado	de 4,5% a 10%		
	Caixa Econômica Federal - FINAME	jan-2022	mensal, após dez 2013	Aval Energisa S.A.	60	pré-fixado		8,7%	
	Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	22	CDI			1,25 %
	Banco Itaú BBA BNDES Finem	Mai-2015	mensal, após mar, 2014	Aval Energisa S.A.	19	TJLP + 2,25% a 4,15%			
	Citibank	set-2014	Final	Aval Energisa S.A.	21	libor	+	2,25%	(1)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Bank of America Merrill Lynch	out-2013	Final	Aval Energisa S.A	22	libor	+	2,0%	(1)
	Banco Itaú BBA	set-2015	Final	Aval Energisa S.A	33	Dólar	+	2,95%	2,95% (1)
ENERGISA NF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez 2017	Recebíveis	78	CDI	+	0,7%	0,83%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	27	RGR	+	5,0%	5,0%
	Eletrobrás Emergencial	mai-2019	mensal, após jun 2014	-	48	RGR	+	5,0%	5,0%
	Banco HSBC - repasse BNDES I	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	20	TJLP	+	4,3%	4,3%
	Banco HSBC - repasse BNDES II	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	20	UMBND	+	4,3% + juros variáveis	4,3%
	Banco HSBC - repasse BNDES III	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	20	TJLP	+	3,9%	3,9%
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES I	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	48	TJLP	+	4,75%	4,75%
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES II	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	48	UMBND	+	3,75% + juros variáveis	3,75%
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES III	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	48	TJLP	+	5,95%	5,95%
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES IV	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	48	pré	fixado	5,5%	5,5%
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar 2013	Aval Energisa S.A.	19	pré-fixado		5,5%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	50	pré-fixado		de 4,5% a 5,5%	4,5% a 5,5%
	Banco Itaú BBA - BNDES Automático I	jun-2018	mensal, após jun-2013	Aval Energisa S.A.	37	TJLP	+	4,65%	4,65%
	Banco Itaú BBA - BNDES Automático II	jun-2018	mensal, após jun-2013	Aval Energisa S.A.	34	UMBND	+	3,65%	3,65%
	Citibank	set-2014	final	Aval Energisa S.A.	21	Libor	+	2,25%	2,25% (1)
	Bank of America Merrill Lynch	fev-2014	final	Aval Energisa S.A.	14	Libor	+	2,45%	2,45% (1)
	Banco Itaú BBA	ago-2015	Final	Aval Energisa S.A.	36			Dólar + 3,2466%	(1)
ENERGISA BO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	78	CDI	+	0,7%	0,83%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	21	RGR	+	5,0%	5,0%
	Eletrobrás - Luz no Campo	fev-2013	mensal	Recebíveis	1	RGR	+	5,0%	5,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	27	pré- fixado 7,5%	7,7%	(2)	
	Banco do Nordeste Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal, após ago. 2012	Recebíveis + Fundo Reserva	39	pré-fixado 7,5%	7,5%	(2)	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev- 2021	mensal	Aval Energisa S.A.	50	pré-fixado	de 4,5% a 5,5%	4,5% a 5,5%	
	Bank of America Merrill Lynch	jan-2014	final	Aval Energisa S.A.	13	Libor	+	2,15%	2,15% (1)
	Banco Itaú BBA	ago-2015	Final	Aval Energisa S.A.	32		Dólar + 3,2466%	3,2466%	(1)
ENERGISA SOLUÇÕES	FINEP	out-2018	mensal	Fiança Energisa S.A.	35	pré-fixado	8%		
ENERGISA GERAÇÃO RIO GRANDE	BNDES- Financ. Invest. I	jan-2025	mensal	Ações E. Rio Grande + Recebíveis	71	TJLP	+	2,05%	2,05%
	BNDES- Financ. Invest. II	set-2019	mensal	Ações E. Rio Grande + Recebíveis	42	pré-fixado		4,5%	4,5%
	Banco Itaú BBA - Repasso BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar. 2013	Aval Energisa S.A.	19	pré-fixado		5,5%	5,5%
SPE CRISTINA	BDMG - repasse BNDES I	dez-2021	mensal	Ações SPE Cristina + Recebíveis	54	TJLP	+		4,0%
	BDMG - repasse BNDES II	dez-2019	mensal	Ações SPE Cristina + Recebíveis	42		pré-fixado		4,5%
ENERGISA SERV. AÉREOS	Leasing Bradesco	dez-2015	mensal	Alienação Fiduciária	19			CDI	
EOLICA RENASCENÇA I, II, III, IV E VENTOS DO SÃO MIGUEL	Banco Itaú BBA - Repasso BNDES PER	Abr-2014	mensal	Aval Energisa S.A.	16	TJLP	+	2,76%	2,76%
1 - Possui <i>swap</i> . 2 - Considera bônus de adimplimento de 25% e 15% sobre juros para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.									

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Debêntures (não conversíveis em ações)**

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

<u>Moeda/indicadores</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>01/01/2011</u>
US\$ x R\$	8,94%	12,58%	-4,30%
TJLP	5,00%	6,00%	6,00%
SELIC	8,49%	11,62%	9,77%
CDI	7,28%	11,60%	9,74%
IPCA	5,84%	6,50%	5,91%
IGP-M	7,81%	5,10%	11,32%

Em 31 de dezembro de 2012, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	-	405.629
2015	-	271.991
2016	51.440	158.906
2017	51.440	146.702
2018	51.440	127.623
Após 2018	-	167.994
Total	<u>154.320</u>	<u>1.278.845</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Empresas	Contratos	2013	2014	2015	2015 em diante	Total
ESE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	11	-		179	190
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	35	29	29	44	137
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	27	24	24	38	113
	NOTES UNITS	708	-		-	708
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	-	62	62	226	350
		781	115	115	487	1.498
EPB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	44	-		705	749
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	127	98	107	170	502
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	31	25	27	42	125
	NOTES UNITS	381	-		-	381
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	128	101	101	356	686
		711	224	235	1.273	2.443
EMG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	11	-		173	184
	Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	71	71	30	-	172
		82	71	30	173	356
ENF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	3	-		47	50
		3	-		47	50
EBO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	4	-		56	60
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	25	18	18	26	87
		29	18	18	82	147
ESOL	Finep	6	6	6	17	35
		6	6	6	17	35
ERGG	Financiamento BNDES	-	6	6	236	248
		-	6	6	236	248
SPE	Financiamento BDMG	4	4	4	23	35
	Financiamento BDMG	2	2	4	4	12
		6	6	8	27	47
RE I,II,III,IV, VSM	Financiamento BNDES	-	810	-	-	810
		-	810	-	-	810
TOTAL		1.618	1.256	418	2.342	5.634

Debêntures (não conversíveis em ações)

	Controladora			Consolidado		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Circulante	86.098	72.142	11.666	116.028	74.366	13.754
Não circulante	727.674	387.452	447.401	941.235	664.789	715.823
Total	813.772	459.594	459.067	1.057.263	739.155	729.577

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Principais características:

	Controladora					Controlada EMG	Controlada EPB	Controlada ESE		Total
	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão 1ª Série	5ª Emissão 2ª Série	Total	7ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão (1)	2ª Emissão	Geral
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública		Pública	Pública	Pública	Pública	
Data de emissão	1/4/2008	15/10/2010	15/7/2012	15/7/2012		15/12/2009	15/12/2009	8/11/2007	15/12/2009	
Data de vencimento	1/4/2014	15/10/2016	15/7/2017	15/7/2019		15/12/2014	15/12/2014	8/11/2015	15/12/2014	
Garantia	Real	Real	Quirografária	Quirografária		Quirografária	Quirografária	Quirografária com fiança da Energisa S/A	Quirografária	
Rendimentos	CDI + 1,1% a.a	CDI + 1,6% a.a	CDI + 1,3% a.a	IPCA + 1,55% a.a		CDI + 1,9% a.a	CDI + 1,9% a.a	Variação Cambial + 8,85% a.a	CDI + 1,0% a.a	
Quantidade de títulos	15.000	30.000	12.857	27.143		60.000	80.000	42.000	60.000	
Valor na data de emissão	150.000	300.000	128.570	271.430		60.000	80.000	73.248	60.000	
Títulos em circulação	15.000	30.000	12.857	27.143		46.915	64.745	42.000	45.745	
Carência de Juros	6 meses	7 meses	6 meses	12 meses		6 meses	6 meses	6 meses	6 meses	
Amortizações/parcelas	5 semestrais	5 semestrais	2 anuais	2 anuais		Final	Final	3 anuais	Final	
Saldos - 2012	91.432	303.537	132.329	286.474	813.772	46.734	64.448	86.749	45.560	1.057.263
Circulante	61.530	5.103	4.439	15.026	86.098	98	136	29.601	95	116.028
Não circulante	29.902	298.434	127.890	271.448	727.674	46.636	64.312	57.148	45.465	941.235
Saldos -2011	153.774	305.820	-	-	459.594	60.010	79.993	79.548	60.010	739.155
Circulante	64.346	7.796	-	-	72.142	319	426	1.160	319	74.366
Não circulante	89.428	298.024	-	-	387.452	59.691	79.567	78.388	59.691	664.789
Saldos - 01/01/2011	153.596	305.471	-	-	459.067	59.973	79.964	70.600	59.973	729.577
Circulante	4.193	7.473	-	-	11.666	313	417	1.045	313	13.754
Não circulante	149.403	297.998	-	-	447.401	59.660	79.547	69.555	59.660	715.823

As debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2012, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2012, os vencimentos das debêntures são os seguintes:

Ano	Controladora	Consolidado
2014	129.380	314.368
2015	99.479	128.052
2016	163.423	163.423
2017	63.945	63.945
2018	135.724	135.724
Após 2018	135.723	135.723
Total	727.674	941.235

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

	Controladora				Controlada EMG	Controlada EPB	Controlada ESE		
	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão 1ª S	5ª Emissão 2ª S	7ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão	2ª Emissão	Consolidado
Exercício 2013	214	132	265	90	30	41	141	30	943
Exercício 2014	98	522	-	-	279	432	128	279	1.738
Exercício 2015	-	522	-	-	-	-	127	-	649
Após 2015	-	522	951	501	-	-	-	-	1.974
	312	1.698	1.216	591	309	473	396	309	5.304

Clausulas de repactuação:

Descrição	Empresa	Data de Repactuação/ Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio	Condições
Debêntures 1ª emissão	Energisa Sergipe	A qualquer tempo a partir do sexto ano, inclusive, a contar da Data de Emissão	Não há	A Emissora poderá promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, a qualquer tempo a partir do sexto ano, inclusive, a contar da Data de Emissão.
Debêntures 3ª emissão	Energisa S/A	a partir do 36º mês após a Data de Emissão	1,50%	Resgate Antecipado Facultativo Prêmio de Reembolso (%) = $P \times (DD) / (TDC)$ Onde: P = 1,5% ; DD = nº de dias corridos contados a partir da Data do Resgate até a Data de Vencimento; e TCD = nº total de dias corridos desde o 36º mês contado da Data de Emissão até a Data de Vencimento.

Na Energisa Paraíba, do total de 80.000 Debêntures objeto da 1ª Emissão, 64.745 Debêntures foram repactuadas em 15/12/2012 e 15.255 Debêntures foram recompradas pela Companhia em razão do direito de venda pelos titulares das Debêntures pelo montante de R\$15.255.

Na Energisa Minas Gerais, do total de 60.000 Debêntures objeto da 7ª Emissão de Debêntures, 46.915 Debêntures, foram repactuadas em 15/12/2012 e 13.085 Debêntures foram recompradas pela Companhia em razão do direito de venda pelos titulares das Debêntures pelo montante R\$13.085.

Na Energisa Sergipe, do total de 60.000 Debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures, 45.745 Debêntures foram repactuadas em 15/12/2012 e 14.255 Debêntures foram recompradas pela Companhia em razão do direito de vendas pelos titulares das Debêntures pelo montante de R\$14.255.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Endividamento em 2011**

O endividamento consolidado da Companhia era composto da seguinte forma em dezembro de 2011.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e Notas Perpétuas Híbridas (Valores em R\$ mil)

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	2011	2010	
ENERGISA S/A	Em moeda estrangeira						
	Notas Perpétuas Híbridas	7.367	-	375.160	382.527	-	(1)
	Total em moeda estrangeira	7.367	-	375.160	382.527	-	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(969)	-	(3.150)	(4.119)	-	
	Total	6.398	-	372.010	378.408	-	
ENERGISA SERGIPE	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	170	12.984	-	13.154	26.230	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	135	-	15.000	15.135	15.149	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	12	139	634	785	952	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	46	382	2.527	2.955	3.421	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	474	2.965	3.506	5.097	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	-	15	440	455	152	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	-	-	286	286	173	
	Eletrobrás - Subtransmissão	72	2.045	4.006	6.123	4.934	
	Eletrobrás - Luz no Campo	9	181	-	190	471	
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	15.206	1.272	16.478		
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	7	4.751	-	4.758	11.307	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	15	2.229	11.293	13.537	16.314	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	1.066	4.074	6.140	11.280	13.077	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	289	1.113	22.240	23.642	21.112	
	Banco HSBC - repasse FINAME	-	-	-	-	35	
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	28	130	2.980	3.138	527	
	Financiamento INERGUS PO	-	854	22.576	23.430	24.107	
	Financiamento INERGUS PSI	-	1.817	21.701	23.518	25.344	
	Total em moeda nacional	1.916	46.394	114.060	162.370	168.402	
	Em moeda estrangeira						
	NOTES UNITS	10.612	-	200.872	211.484	187.853	(2)
	Total em moeda estrangeira	10.612	-	200.872	211.484	187.853	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(12)	(192)	(6.886)	(7.090)	(7.505)	
	Total	12.516	46.202	308.046	366.764	348.750	
ENERGISA PARAIBA	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	73	6.650	-	6.723	13.254	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	548	-	61.000	61.548	61.575	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	30	305	1.546	1.881	2.268	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	74	466	3.119	3.659	4.209	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	69	581	2.530	3.180	5.479	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	tranche					
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	64	414	3.910	4.388	4.882
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	54	343	3.788	4.185	4.323
	Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	6	18	2.198	2.222	1.330
	Eletrobrás - Subtransmissão	22	3.355	21.588	24.965	8.939
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	16	16	32	52
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	11	22	33	49
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	8	16	24	34
	Eletrobrás - Luz no Campo	-	74	-	74	319
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	-	-	1.737
	Eletrobrás - Devolução LPT	-	6.908	-	6.908	10.390
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	23	5.675	11.212	16.910	22.943
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	59	9.423	42.747	52.229	61.759
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	13	3.513	54.259	57.785	58.963
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	9	2.434	10.923	13.366	15.791
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	52	783	6.315	7.150	3.161
	Banco HSBC - repasse FINAME	-	-	-	-	29
	Financiamento Funasa	-	-	-	-	17.400
	Total em moeda nacional	1.096	40.977	225.189	267.262	298.886
	Em moeda estrangeira					
	NOTES UNITS	5.714	-	108.164	113.878	101.154 (2)
	Total em moeda estrangeira	5.714	-	108.164	113.878	101.154
	Custos de captação incorridos na contratação	(44)	(328)	(5.344)	(5.716)	(6.361)
	Total ENERGISA PARAÍBA	6.766	40.649	328.009	375.424	393.679
MINAS GERAIS	Em moeda nacional					
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	153	16.625	-	16.778	33.136
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	131	-	15.000	15.131	15.135
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	65	1.416	5.295	6.776	7.911
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	12	48	62	71
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	261	2.480	21.249	23.990	27.030
	Eletrobrás - Luz para Todos	-	-	269	269	-
	Banco HSBC - repasse BNDES	6	1.667	-	1.673	4.272
	Banco HSBC - repasse BNDES	10	673	1.591	2.274	2.787
	Banco HSBC - repasse BNDES	5	214	709	928	1.012
	Banco HSBC - repasse BNDES	9	319	1.059	1.387	1.708
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	89	331	3.732	4.152	-
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	19	98	1.065	1.182	-
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	40	135	1.558	1.733	-
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	3	2	617	622	-
	Banco ITAU BBA - BNDES PER	88	-	2.000	2.088	-
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	28	83	3.396	3.507	324
	CCB - Banco Bradesco	1.208	12.500	37.500	51.208	63.882 (2)
	Total em moeda nacional	2.117	36.555	95.088	133.760	157.268
	Em moeda estrangeira					
	Citibank	226	-	30.857	31.083	-
	Merryl Lynch	256	-	53.488	53.744	-
	Total em moeda estrangeira	482	-	84.345	84.827	-
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(11)	(162)	(184)	(357)	(560)
	Total ENERGISA MINAS GERAIS	2.588	36.393	179.249	218.230	156.708

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

NOVA FRIBURGO	Em moeda nacional					
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	43	6.650	-	6.693	13.234
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	53	-	4.000	4.053	4.058
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	-	85	355	440	529
	Banco Pine - repasse BNDES	3	923	-	926	2.346
	Banco HSBC - repasse BNDES	3	41	23	67	215
	Banco HSBC - repasse BNDES	2	146	644	792	816
	Banco HSBC - repasse BNDES	1	54	210	265	13
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	7	128	1.516	1.651	-
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	2	93	385	480	-
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	3	54	631	688	-
	Banco ITAU BBA - repasse BNDES	5	46	1.082	1.133	-
	Banco ITAU BBA - BNDES PER	88	-	2.000	2.088	-
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	2	36	369	407	106
	Banco Santander Brasil	21	5.000	-	5.021	5.590
	Total em moeda nacional	233	13.256	11.215	24.704	27.207
	Em moeda estrangeira					
	Citibank	113	-	15.475	15.588	-
	Total em moeda estrangeira	113	-	15.475	15.588	-
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(1)	(66)	(50)	(117)	(196)
	Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	345	13.190	26.640	40.175	27.011
BORBOREMA	Em moeda nacional					
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	76	6.466	-	6.542	13.086
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	39	-	5.000	5.039	5.040
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	2	76	209	287	347
	Eletrobrás - Luz no Campo	-	4	2	6	11
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	73	1.742	8.243	10.058	11.203
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	37	381	7.620	8.038	1.894
	Banco Itaú BBA - repasse FINAME	6	69	668	743	281
	Total em moeda nacional	233	8.738	21.742	30.713	31.862
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(4)	(92)	(146)	(242)	(354)
	Total ENERGISA BORBOREMA	229	8.646	21.596	30.471	31.508
SOLUÇÕES	Em moeda nacional					
	Banco HSBC - Leasing	-	-	-	-	40
	Finep	24	966	6.144	7.134	4.089
	Total em moeda nacional	24	966	6.144	7.134	4.129
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(41)	(41)	(41)
ENERGISA R.G. GERAÇÃO	Total ENERGISA SOLUÇÕES	24	966	6.103	7.093	4.088
	Em moeda nacional					
	Financiamento BNDES	355	9.763	90.858	100.976	93.616 (2)
	Financiamento BNDES	76	3.588	33.958	37.622	35.756 (2)
	Banco ITAU BBA - BNDES PER	88	-	2.000	2.088	- (2)
	Total em moeda nacional	519	13.351	126.816	140.686	129.372
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(234)	(234)	(234)
	Total ENERGISA RIO GRANDE GERAÇÃO	519	13.351	126.582	140.452	129.138
SPE CRISTINA	Em moeda nacional					
	Financiamento BDMG	31	382	6.865	7.278	-
	Financiamento BDMG	5	344	2.410	2.759	-
	Total em moeda nacional	36	726	9.275	10.037	-
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(50)	(50)	-
SPE CRISTINA	Total SPE CRISTINA	36	726	9.225	9.987	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CONSOLIDADO	Total em moeda nacional	6.174	160.963	609.529	776.666	817.126
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(16)	(320)	(471)	(807)	(1.385)
	Total em moeda estrangeira	24.288	-	784.016	808.304	289.007
	Custos de captação incorridos na contratação	(1.025)	(520)	(15.614)	(17.159)	(13.866)
	TOTAL	29.421	160.123	1.377.460	1.567.004	1.090.882

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante R\$92.886 (R\$102.582 em 2010), registrado na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante consolidado.

(1) Em 27 de janeiro de 2011, a Companhia concluiu no mercado de capitais internacional, o lançamento de Notas Perpétuas Híbridas com opção de diferimento de seus rendimentos, no montante de US\$200 milhões (equivalentes a R\$334.400 naquela data), negociados no mercado da Bolsa de Luxemburgo (Euro MTF). As Notas Perpétuas Híbridas receberam classificação de risco Ba2 pela Moody's Inverto Service e BB pela Fitch Ratings. Os rendimentos das notas são da ordem de 9,5% a.a, pagos trimestralmente a partir de 27 de abril de 2011. As notas não são resgatáveis pelos seus detentores e a Companhia possui a discricionariedade de diferir o pagamento de seus rendimentos indefinidamente (opção de diferimento), nesse caso apenas se comprometendo a não recomendar a distribuição de dividendos, dentro das limitações legais e societárias, de forma que pode ter que vir a distribuir dividendos mínimos obrigatórios mesmo se optar por diferir o pagamento dos rendimentos. No exercício foram pagos juros no montante de R\$26.520 (equivalentes a US\$ 14,25 milhões).

Considerando os termos dos CPC 38, 39 e 40, convergidos às IAS 39, IAS 32 e IFRS 7, a Administração classificou originalmente as Notas Perpétuas Híbridas como instrumento patrimonial. A Administração entende, com base também em posicionamento emitido pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e aprovado pelo International Financial Reporting Standards Board (IASB), que um incentivo ou a intenção da administração para pagar não geram uma obrigação presente para a entidade e por isto não pode gerar classificação de um instrumento financeiro como passivo financeiro. A Administração da Companhia observou ainda a prática internacional em relação ao registro de instrumentos perpétuos de natureza similar, constatando que várias companhias em vários países que adotam as normas internacionais de contabilidade (IFRS), como emitidas pelos IASB, apresentam tais instrumentos como títulos patrimoniais. Adicionalmente, a Administração avaliou originalmente, que a Companhia, que conforme a Lei 6.404/76 inclui os seus acionistas como parte da sua estrutura corporativa, mantém o direito de destinar os saldos de reservas de lucros que eventualmente ultrapassem os limites legais/estatutários para aumento de capital, sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório.

Em 31 de outubro de 2011, a Superintendência de Relações com Empresas (SEP), emitiu o Ofício/CVM/SEP/GEA-5/No 247/2011, apresentando sua interpretação sobre a classificação contábil das Notas Perpétuas Híbridas como instrumento financeiro passivo e determinou a reclassificação contábil para o grupo do passivo. A Companhia recorreu da decisão ao colegiado da CVM, que manteve a determinação de reclassificação confirmada em Ata do Colegiado de 24 de janeiro de 2012. A CVM observou que "se trata de uma decisão complexa, pois as normas contábeis internacionais certamente têm diversas leituras possíveis e, portanto, diversas respostas defensáveis". No entanto, a CVM considerou, dentre outros aspectos, que o "curso normal dos negócios de uma companhia, exige que, havendo lucros, tais lucros sejam distribuídos em algum momento, que não está inteiramente sob o controle dos administradores, do acionista controlador, ou mesmo, da assembleia geral...".

Em estrita obediência às determinações da CVM, a Administração reclassificou os títulos perpétuos para o passivo não circulante - empréstimos e financiamentos,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

bem como reflete no resultado do exercício todos os encargos de remuneração dos títulos, enquanto anteriormente os juros quando declarados eram deduzidos do patrimônio líquido.

(2) Os financiamentos relativos às NOTES UNITS, o BNDES (Energisa Geração) e Bradesco (CCB) possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. (vide nota explicativa nº 35 - Instrumentos Financeiros às demonstrações financeiras de 2011). Em 31 de dezembro de 2011, todas as exigências contratuais foram cumpridas.

Os financiamentos obtidos junto ao Fname estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

O contrato relativo aos NOTES UNITS e os juros das Notas Perpétuas Híbridas possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 35 às demonstrações financeiras de 2011).

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2011:

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa		
ENERGISA S.A.	Notas Perpétuas Híbridas	-	-	-	-	Dólar	+	9,5% a.a	(1)
Energisa SE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	90	CDI	+	0,7%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	out-2016	mensal	Recebíveis	30	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	39	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out-2019	mensal	Recebíveis	46	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	jul-2022	mensal, após jul.2012	Recebíveis	68	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	out-2022	mensal, após out.2012	Recebíveis	71	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	23	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz no Campo	jul-2012	mensal	Recebíveis	4	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Devolução LPT	jan-2013	mensal	-	7	Selic Acumulada			
	Financiamento Inergus - PO	mar-2029	mensal	Fiança Energisa S/A	106	INPC/IPCA	+	6,0%	
	Financiamento Inergus - PSI	set-2021	mensal	Fiança Energisa S/A	60	INPC/IPCA	+	6,0%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Energisa PB	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2012	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	6	pré-fixado	7,9%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	34	pré-fixado	8,3%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	24	TJLP	+	4,0%
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal, após ago. 2012	Recebíveis + Fundo Reserva	51	pré-fixado	8,4%	(2)
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	62	pré-fixado	de 4,5% a 5,5%	
	NOTES UNITS	jul-2013	final	-	18	Dólar	+	10,5% (1)
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI	+	0,8%
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez. 2017	Recebíveis	90	CDI	+	0,7%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	31	RGR	+	5,0%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	39	RGR	+	5,0%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	ago-2019	mensal	Recebíveis	43	RGR	+	5,0%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	nov-2020	mensal	Recebíveis	54	RGR	+	5,0%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	ago-2021	mensal	Recebíveis	59	RGR	+	5,0%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	out-2022	mensal, após out. 2012	Recebíveis	71	RGR	+	5,0%
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	29	RGR	+	5,0%
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2013	trimestral	-	12	RGR	+	8,0%
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	17	RGR	+	8,0%
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	17	RGR	+	8,0%
	Eletrobrás - Luz no Campo	abr-2012	mensal	Recebíveis	3	RGR	+	5,0%
	Eletrobrás - Devolução LPT	jul-2012	mensal	-	6	Selic Acumulada		
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2014	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	18	pré-fixado	7,7%	(2)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	34	pré-fixado	7,8%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun-2019	mensal, após jun.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	49	pré-fixado	8,1%	(2)
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	33	TJLP	+	4,0%
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	62	pré-fixado	de 4,5% a 5,5%	
	NOTES UNITS	jul-2013	final	-	18	Dólar	+	10,5%
								(1)
Energisa MG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI	+	0,8%
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	90	CDI	+	0,7%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	49	RGR	+	5,0%
	Eletrobrás Subtransmissão	mar-2018	mensal, após mar. 2013	Recebíveis	45	RGR	+	5,0%
	Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	27	CDI	+	1,25%
	Banco HSBC - repasse BNDES	jun-2012	mensal	Recebíveis	3	TJLP	+	4,7%
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	25	TJLP	+	4,3%
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval da Energisa S.A.	27	UMBND	+	4,3% + juros variáveis
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	27	TJLP	+	3,9%
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	55	TJLP	+	4,75%
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	56	UMBND	+	3,75%+ juros variáveis
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	55	TJLP	+	5,95%
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	61	pré fixado		5,5%
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar.2013	Aval Energisa S.A.	32	pré-fixado		5,5%
	Banco Itaú BBA - FINAME	até mai-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	62	pré-fixado	de 4,5% a 10%	
	Citibank	set-2014	Final	Aval Energisa S.A	33	libor	+	2,25%
	Bank of America Merrill Lynch	out-2013	Final	Aval Energisa S.A	34	libor	+	2,0%
								(1)
								(1)
Energisa NF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI	+	0,8%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Energisa BO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez. 2017	Recebíveis	90	CDI	+	0,7%	(1)
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	34	RGR	+	5,0%	
	Banco Pine - repasse BNDES	ago-2012	mensal	Recebíveis + aval Energisa S/A	4	TJLP	+	4,8%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	15	TJLP	+	4,3%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	28	UMBND	+	4,3% + juros variáveis	
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	27	TJLP	+	3,9%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	56	TJLP	+	4,75%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	50	UMBND	+	3,75% + juros variáveis	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	56	TJLP	+	5,95%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	58	pré	fixado	5,5%	
	Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar. 2013	Aval Energisa S.A.	32	pré-fixado		5,5%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	62	pré-fixado		de 4,5% a 5,5%	
	Banco Santander	abr-2012	final	Aval Energisa S.A.	2	CDI	+	1,65%	
	Citibank	set-2014	final	Aval Energisa S.A.	33	Libor	+	2,25%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	6	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez. 2017	Recebíveis	90	CDI	+	0,7%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	28	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz no Campo	fev-2013	mensal	Recebíveis	8	RGR	+	5,0%	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	34	pré-fixado		7,5%	
	Banco do Nordeste Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal, após ago. 2012	Recebíveis + Fundo Reserva	50	pré-fixado		7,5%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	62	pré-fixado		de 4,5% a 5,5%	
Energisa Soluções	FINEP	out-2018	mensal, após jan. 2012	Fiança Energisa S.A.	42	pré-fixado		8%	
Energisa Geração Rio Grande	BNDES- Financ. Invest.	jan-2025	mensal	Ações E. Rio Grande + Recebíveis	77	TJLP	+	2,05%	
	BNDES- Financ. Invest.	set-2019	mensal	Ações E. Rio Grande + Recebíveis	49	pré-fixado		4,5%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Banco Itaú BBA - repassse BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar.2013	Aval Energisa S.A.	32	pré-fixado	5,5%	
SPE Cristina	BDMG - repasse BNDES	dez-2021	mensal, após jun-2012		65	TJLP	+	4,0%
	BDMG - repasse BNDES	dez-2019	mensal, após jan-2012		60	pré-fixado		4,5%
1 - Possui swap.								
2 - Considera Bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.								

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2011	2010
US\$ x R\$	12,58%	-4,30%
TJLP	6,0%	6,0%
SELIC	11,62%	9,77%
CDI	11,60%	9,74%
IPCA	6,50%	5,91%
IGP-M	5,10%	11,32%

Em 31 de dezembro de 2011 os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2013	-	390.228
2014	-	189.307
2015	-	83.107
2016	-	62.296
2017	-	49.664
Após 2017	-	230.848
Subtotal	-	1.005.450
Notas perpétuas híbridas	372.010	372.010
Total	372.010	1.377.460

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Debêntures em 2011**

Principais características das debêntures (Valores em R\$ mil):

	Controladora		Controlada EMG	Controlada EPB	Controlada ESE	
	3ª Emissão	4ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão (1)	2ª Emissão
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública
Data de emissão	01/04/2008	15/10/2010	15/12/2009	15/12/2009	08/11/2007	15/12/2009
Data de vencimento	01/04/2014	15/10/2016	15/12/2014	15/12/2014	08/11/2015	15/12/2014
Garantia	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária com fiança da Energisa S/A	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,1% a.a	CDI + 1,6% a.a	CDI + 1,9% a.a	CDI + 1,9% a.a	Variação Cambial + 8,85% a.a	CDI + 1,9% a.a
Quantidade de títulos	15.000	15.000	60.000	80.000	42.000	60.000
Valor na data de emissão	150.000	300.000	60.000	80.000	73.248	60.000
Títulos em circulação	15.000	15.000	60.000	80.000	42.000	60.000
Carência de Juros	6 meses	7 meses	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses
Amortizações/parcelas	5 semestrais	5 semestrais	Final	Final	3 anuais	Final
Saldos em 2011 (2)	153.774	305.820	60.010	79.993	79.548	60.010
Circulante	64.346	7.796	319	426	1.160	319
Não circulante	89.428	298.024	59.691	79.567	78.388	59.691
Saldos em 2010 (2)	153.596	305.471	59.973	79.964	70.600	59.973
Circulante	4.193	7.473	313	417	1.045	313
Não circulante	149.403	297.998	59.660	79.547	69.555	59.660

(1) Possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos. (Vide nota explicativa às Demonstrações Contábeis nº 35 - Instrumentos Financeiros).

(2) Deduzido de R\$2.547 (R\$2.598 em 2010) na controladora e R\$4.126 (R\$4.288 em 2010) no consolidado referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2011 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2011 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2013	59.619	85.748
2014	129.151	354.229
2015	99.341	125.471
2016	99.341	99.341
Total	387.452	664.789

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Endividamento em 2010**

O endividamento consolidado da Companhia era assim composto em dezembro de 2010.

Valores em R\$ mil

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total			Ref.
			Circulante	Não Circulante	2010	2009	01/01/2009	
ENERGISA	Em moeda nacional							
	CCB - Itaú BBA (Garantia BID)	-	-	-	-	307.820	299.740	1
	Leasing Bradesco	-	-	-	-	468	711	
	Total em moeda nacional	-	-	-	-	308.288	300.451	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	(7.437)	-	
	Total Controladora	-	-	-	-	300.851	300.451	
ENERGISA SERGIPE	Em moeda nacional							
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	287	15.082	10.861	26.230	38.394	39.940	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	149	-	15.000	15.149	15.112	14.777	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	13	167	772	952	1.116	1.281	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	46	460	2.915	3.421	3.887	4.353	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	560	4.470	5.097	5.672	5.768	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	-	-	152	152	-	-	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	-	-	173	173	-	-	
	Eletrobrás - Subtransmissão	33	987	3.914	4.934	1.077	-	
	Eletrobrás - Luz no Campo	8	275	188	471	728	1.010	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	39	6.341	4.927	11.307	17.277	23.241	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	21	2.488	13.805	16.314	18.831	19.769	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	342	3.463	9.272	13.077	15.075	15.842	
	Banco HSBC - repasse FINAME	-	35	-	35	90	143	
	Banco Itaú - repasse FINAME	6	119	402	527	-	-	
	Banco Credit Suisse (*)	-	-	-	-	-	7.201	
	Banco do Nordeste- Recursos FNE	68	-	21.044	21.112	-	-	
	Banco do Nordeste- Recursos FNE	-	-	-	-	3.752	2.338	
	Banco do Nordeste- Recursos RECIN	-	-	-	-	3.752	2.339	
	Banco Safra (Leasing)	-	-	-	-	-	4	
	Banco Safra (Leasing)	-	-	-	-	-	18	
	Financiamento INERGUS PO	-	788	23.319	24.107	24.898	-	
	Financiamento INERGUS PSI	-	1.732	23.612	25.344	26.902	-	
	Total em moeda nacional	1.079	32.497	134.826	168.402	176.563	138.024	
	Em moeda estrangeira							
	NOTES UNITS	9.426	-	178.427	187.853	196.465	256.009	1

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Total em moeda estrangeira	9.426	-	178.427	187.853	196.465	256.009	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(12)	(223)	(7.270)	(7.505)	(8.290)	-	
	Total ENERGISA SERGIPE	10.493	32.274	305.983	348.750	364.738	394.033	
ENERGISA PARAIBA	Em moeda nacional							
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	125	7.660	5.469	13.254	19.198	19.969	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	575	-	61.000	61.575	61.420	60.127	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	30	370	1.868	2.268	2.673	3.060	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	58	560	3.591	4.209	4.762	6.537	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	70	650	4.759	5.479	6.067	6.276	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	64	496	4.322	4.882	4.940	2.117	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	-	-	1.330	1.330	1.987	-	
	Eletrobrás - Luz para Todos	48	127	4.148	4.323	-	-	
	Eletrobrás - Subtransmissão	20	1.394	7.525	8.939	8.501	-	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	5	16	31	52	64	80	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	5	11	33	49	55	66	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	1	8	25	34	41	49	
	Eletrobrás - Luz no Campo	5	254	60	319	579	819	
	Eletrobrás	15	1.722	-	1.737	-	-	
	Eletrobrás	-	6.927	3.463	10.390	-	-	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2005-2006 (FNE)	240	6.129	16.574	22.943	28.768	34.619	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	110	9.387	52.262	61.759	66.573	65.625	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	483	-	58.480	58.963	-	-	
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	3	2.437	13.351	15.791	17.006	16.761	
	Banco HSBC - repasse FINAME	-	29	-	29	76	125	
	Banco Itaú - repasse FINAME	29	718	2.414	3.161	200	-	
	Banco do Nordeste- Recursos FNE	-	-	-	-	5.002	1.927	
	Banco do Nordeste- Recursos RECIN	-	-	-	-	5.002	1.927	
	Banco Safra (Leasing)	-	-	-	-	-	7	
	Banco Safra (Leasing)	-	-	-	-	-	25	
	Financiamento Funasa	-	1.513	15.887	17.400	17.058	-	
	Total em moeda nacional	1.886	40.408	256.592	298.886	249.972	220.116	
	Em moeda estrangeira							
	NOTES UNITS	5.076	-	96.078	101.154	105.790	137.853	1
	Total em moeda estrangeira	5.076	-	96.078	101.154	105.790	137.853	
	Custos de captação incorridos na contratação	(47)	(313)	(6.001)	(6.361)	(6.079)	-	
	Total ENERGISA PARAIBA	6.915	40.095	346.669	393.679	349.683	357.969	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ENERGISA MINAS GERAIS	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	313	19.221	13.602	33.136	47.993	49.922
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	135	-	15.000	15.135	15.112	14.785
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	65	1.605	6.241	7.911	8.730	10.591
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	1	14	56	71	77	87
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	266	2.986	23.778	27.030	23.610	16.865
	Banco Itaú - repasse FINAME	4	74	246	324	-	-
	Banco HSBC - repasse BNDES	18	2.939	1.315	4.272	6.846	9.088
	Banco HSBC - repasse BNDES	12	673	2.102	2.787	3.042	-
	Banco HSBC - repasse BNDES	5	188	819	1.012	1.183	-
	Banco HSBC - repasse BNDES	11	319	1.378	1.708	-	-
	CCB - Banco Bradesco	1.382	12.500	50.000	63.882	75.833	76.421
	Total em moeda nacional	2.212	40.519	114.537	157.268	182.426	177.759
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(11)	(193)	(356)	(560)	(785)	-
	Total ENERGISA MINAS GERAIS	2.201	40.326	114.181	156.708	181.641	177.759
ENERGISA NOVA FRIBURGO	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	104	8.257	4.873	13.234	19.197	19.969
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	58	-	4.000	4.058	4.031	3.942
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	-	111	418	529	592	668
	Banco Itaú - repasse FINAME	1	24	81	106	-	-
	Banco Pine - repasse BNDES	10	1.394	942	2.346	3.882	4.300
	Banco HSBC - repasse BNDES	3	41	171	215	880	-
	Banco HSBC - repasse BNDES	2	138	676	816	343	-
	Banco HSBC - repasse BNDES	1	54	258	313	-	-
	Banco Santander Brasil	319	5.271	-	5.590	5.003	-
	Total em moeda nacional	498	15.290	11.419	27.207	33.928	28.879
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(3)	(77)	(116)	(196)	(285)	-
	Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	495	15.213	11.303	27.011	33.643	28.879

ENERGISA BOREOREMA	Em moeda nacional						
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	140	7.478	5.468	13.086	19.196	19.969
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	40	-	5.000	5.040	5.038	4.928
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	2	81	264	347	496	568
	Eletrobrás - Luz no Campo	-	5	6	11	18	22

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2005-2006 (FNE)	-	-	-	-	-	2.024
	Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	95	1.705	9.403	11.203	11.760	11.588
	Banco do Nordeste	3	-	1.891	1.894	-	-
	Banco do Nordeste-Recursos FNE	-	-	-	-	3.752	2.086
	Banco do Nordeste-Recursos RECIN	-	-	-	-	3.753	2.087
	Banco Itaú - repasse FINAME	3	64	214	281	-	-
	Total em moeda nacional	283	9.333	22.246	31.862	44.013	43.272
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(4)	(108)	(242)	(354)	(463)	-
	Total ENERGISA BORBOREMA	279	9.225	22.004	31.508	43.550	43.272
	Em moeda nacional						
ENERGISA SOLUÇÕES	Banco HSBC - Leasing	-	40	-	40	104	187
	Finep	14	-	4.075	4.089	-	-
	Financiamento BNDES	-	-	-	-	28.148	-
	Financiamento BNDES	-	-	-	-	11.949	-
	Total em moeda nacional	14	40	4.075	4.129	40.201	187
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	(41)	(41)	(234)	-
	Total ENERGISA SOLUÇÕES	14	40	4.034	4.088	39.967	187
ENERGISA GERAÇÃO RIO GRANDE	Em moeda nacional						
	Financiamento BNDES	4.170	89.446	-	93.616	-	-
	Financiamento BNDES	1.010	34.746	-	35.756	-	-
	Total em moeda nacional	5.180	124.192	-	129.372	-	-
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(234)	-	(234)	-	-
	Total ENERGISA GERAÇÃO RIO GRANDE	5.180	123.958	-	129.138	-	-
CONSOLIDADO	Total em moeda nacional	11.152	262.279	543.695	817.126	1.035.391	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(18)	(612)	(755)	(1.385)	(9.204)	-
	Total em moeda estrangeira	14.502	-	274.505	289.007	302.255	
	Custos de captação incorridos na contratação	(59)	(536)	(13.271)	(13.866)	(14.369)	-
	TOTAL						
	CONSOLIDADO	25.577	261.131	804.174	1.090.882	1.314.073	1.302.550

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, as controladas mantém aplicações financeiras no montante R\$102.582 (R\$41.499 em 2009), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante consolidado.

(1) Os financiamentos relativos aos NOTES UNITS e Bradesco (CCB) possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. (vide nota 29 - Instrumentos Financeiros). Em 31 de dezembro de 2010, todas as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2009, alguns dos índices financeiros estipulados pelo contrato do Itaú BBA (CCB com garantia do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento) não foram atingidos. A Administração negociou e conseguiu junto ao credor o reposicionamento dos índices, de forma a ficar adimplente com as exigências contratuais. Em face das novas condições terem sido formalizadas pela Instituição financeira em fevereiro de 2010, a Companhia em atendimento ao CPC 26 reclassificou no balanço de 2009 o saldo registrado no passivo não circulante no

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

montante de R\$267.848 na controladora e R\$732.924 no consolidado, para o passivo circulante, de todos os contratos que apresentaram *cross default*.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame, no consolidado, estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

O contrato relativo aos NOTES UNITS possui proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2010:

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa		
Energisa SE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	11	CDI	+	0,8%	1
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	102	CDI	+	0,7%	
	NOTES UNITS	jul-2013	final	-	29	Dólar	+	10,5%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	out-2016	mensal	Recebíveis	35	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	44	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out-2019	mensal	Recebíveis	53	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	jul-2022	mensal, após jul.2012	Recebíveis	80	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	out-2022	mensal, após out.2012	Recebíveis	82	RGR	+	5,0%	
	Financiamento Inergus - PO	mar-2029	mensal	Fiança Energisa S/A	112	INPC/IPCA	+	6,0%	
	Financiamento Inergus - PSI	set-2021	mensal	Fiança Energisa S/A	67	INPC/IPCA	+	6,0%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal, após mar 2011	Recebíveis	32	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz no Campo	jul-2012	mensal	Recebíveis	10	RGR	+	5,0%	
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal, após ago.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	62	pré-fixado		8,4%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2012	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	11	pré-fixado		7,9%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	40	pré-fixado		8,3%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	34	TJLP	+	4,0%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Banco HSBC - repasse FINAME	ago-2011	mensal	Alienação fiduciária	4	TJLP	+	4,50%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal, após jan.2011	Aval Energisa S.A.	25	pré-fixado		4,5%	
Energisa PB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	11	CDI	+	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	102	CDI	+	0,7%	
	NOTES UNITS	jul-2013	final	-	29	Dólar	+	10,5%	1
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	36	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	ago-2019	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	nov-2020	mensal	Recebíveis	59	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	ago-2021	mensal, após ago.2011	Recebíveis	68	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	out-2022	mensal, após out.2012	Recebíveis	83	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal, após mar 2011	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2013	trimestral	-	17	RGR	+	8,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	21	RGR	+	8,0%	
	Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	21	RGR	+	8,0%	
	Eletrobrás - Luz no Campo	abr-2012	mensal	Recebíveis	8	RGR	+	5,0%	
	Eletrobrás - Devolução LPT	abr-2011	mensal	-	2	Selic Acumulada			
	Eletrobrás - Devolução LPT	mar-2012	mensal	-	7	Selic Acumulada			
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2014	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	23	pré-fixado		7,7%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	40	pré-fixado		7,8%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	39	TJLP	+	4,0%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	jun-2019	mensal, após jun.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	60	pré-fixado	8,1%	2
	Financiamento Funasa	jan-2020	mensal	Fiança Energisa S/A	56	Média INPC/IPCA +	6,0%	
	Financiamento Funasa	dez-2026	mensal	Fiança Energisa S/A	93	Média INPC/IPCA +	6,0%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal, após jan.2011	Aval Energisa S.A.	25	pré-fixado	4,5%	
	Banco HSBC - repasse FINAME	jul-2011	mensal	Alienação fiduciária	4	TJLP +	5,0%	
Energisa MG	Fundo de Investimento em Direitos	nov-2012	mensal	Recebíveis	11	CDI +	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos							
	Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	102	CDI +	0,7%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	38	RGR +	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	38	RGR +	5,0%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	54	RGR +	5,0%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	jun-2012	mensal	Recebíveis	9	TJLP +	4,7%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	31	TJLP +	4,3%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval da Energisa S.A.	33	UMBND +	4,3% + juros variáveis	
	Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	33	TJLP +	3,9%	
	Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal, após jan.2011	Aval Energisa S.A.	25	pré-fixado	4,5%	
	Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	33	CDI +	1,25%	
Energisa NF	Fundo de Investimento em Direitos							
	Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	11	CDI +	0,8%	
	Fundo de Investimento em Direitos							
	Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	101	CDI +	0,7%	
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	39	RGR +	5,0%	
	Banco Santander	dez-2011	final	-	11	CDI +	1,8%	
	Banco Pine - repasse BNDES	ago-2012	mensal	Recebíveis + aval Energisa S/A	10	TJLP +	4,8%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	32	TJLP +	4,3%	
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	33	UMBND +	4,3% + juros variáveis	
	Banco HSBC - repasse BNDES	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	33	TJLP +	3,9%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal, após jan.2011	Aval Energisa S.A.	25	pré-fixado	4,5%	
Energisa BO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	11	CDI	+	0,8%
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	102	CDI	+	0,7%
	Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	33	RGR	+	5,0%
	Eletrobrás - Luz no Campo	fev-2013	mensal	Recebíveis	13	RGR	+	5,0%
	Banco do Nordeste Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal, após ago.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	62	pré-fixado	7,5%	2
	Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	39	pré-fixado	7,5%	2
	Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal, após jan.2011	Alienação fiduciária	26	pré-fixado	4,5%	
Energisa Soluções	Banco HSBC- Leasing	jul-2011	mensal	-	4	CDI	+	1,01%
	Banco HSBC- Leasing	jul-2011	mensal	-	4	CDI	+	1,01%
	Banco HSBC- Leasing	jun-2011	mensal	-	4	CDI	+	1,05%
	Banco HSBC- Leasing	jun-2011	mensal	-	4	CDI	+	1,05%
	FINEP	out-2018	mensal, após jan.2012	Fiança Energisa S.A.	54	pré-fixado	8%	
Energisa Geração Rio Grande	BNDES- Financ. Invest.	jan-2025	mensal, após jan.2011	Ações ESol. + Recebíveis	87	TJLP	+	2,05%
	BNDES- Financ. Invest.	set-2019	mensal, após jan.2011	Ações ESol. + Recebíveis	56	pré-fixado	4,5%	
1 - Possui Swap.								
2 - Considera Bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.								

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2010	2009
US\$ x R\$	-4,30%	-25,5%
TJLP	6,0%	6,12%
SELIC	9,77%	11,99%
CDI	9,74%	9,88%
IPCA	5,91%	4,31%
IGP-M	11,32%	-1,71%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2010 os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	Consolidado
2012	110.506
2013	330.707
2014	65.995
2015	59.866
2016	44.559
Após 2016	192.541
Total	804.174

Debêntures em 2010

Principais características das debêntures:

Empresa emissora	Controladora			Energisa MG	Energisa PB	Energisa SE	
	1ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão	1ª Emissão (1)	2ª Emissão
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública
Data de emissão	01/12/2006	01/04/2008	15/10/2010	15/12/2009	15/12/2009	08/11/2007	15/12/2009
Data de vencimento	01/10/2011	01/04/2014	15/10/2016	15/12/2014	15/12/2014	08/11/2015	15/12/2014
Garantia	Quirografária com garantia adicional I(*)	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária com fiança da Energisa S/A Variação Cambial + 8,85% a.a	Quirografária
Rendimentos	CDI + 2% a.a	CDI + 1,1% a.a	CDI + 1,6% a.a	CDI + 1,9% a.a	CDI + 1,9% a.a		CDI + 1,9% a.a
Quantidade de títulos	35.000	15.000	15.000	60.000	80.000	42.000	60.000
Valor na data de emissão	350.000	150.000	300.000	60.000	80.000	73.248	60.000
Títulos em circulação	7.243	15.000	15.000	60.000	80.000	42.000	60.000
Carência de Juros	6 meses	6 meses	7 meses	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses
Amortizações/parcelas	3 anuais	semestrais	5 semestrais	Final	Final	3 anuais	Final
Saldos em 31/12/2010 (2)	-	153.596	305.471	59.973	79.964	70.599	59.973
Circulante	-	4.193	7.473	313	417	1.044	313
Não circulante	-	149.403	297.998	59.660	79.547	69.555	59.660
Saldos em 31/12/2009 (2)	45.327	152.843	-	59.867	79.861	73.768	59.867
Circulante	45.327	152.843	-	59.867	79.861	73.768	59.867
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-

(*) Ações do capital social das controladas Energisa PB e Energisa BO.

(1) Possui proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos. (Vide nota 29 - Instrumentos Financeiros).

(2) Deduzido de R\$2.598 (R\$1.426 em 2009) controladora e R\$4.288 (R\$3.116 em 2009) no consolidado referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2010 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2009, alguns dos índices financeiros estipulados pelo contrato de empréstimos e financiamento do Itaú BBA (CCB com garantia do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento) não foram atingidos e a Administração somente obteve o reposicionamento dos índices junto ao credor em fevereiro de 2010. Como as debêntures possuem cláusulas *cross default* e em atendimento ao CPC 26 foi reclassificado o saldo registrado no passivo não circulante no montante de R\$149.402 na controladora e R\$421.010 no consolidado, para o passivo circulante.

A totalidade das debêntures de 1ª emissão foi resgatada antecipadamente em 18 de janeiro de 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2010 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2012	59.761	59.761
2013	59.761	82.946
2014	129.213	351.266
2015	99.333	122.517
2016	99.333	99.333
Total	<u>447.401</u>	<u>715.823</u>

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os recursos dos empréstimos do BNDES e Eletrobrás são liberados de acordo com o cronograma físico-financeiro de cada investimento. Em dezembro de 2012, existiam os seguintes valores contratados e não liberados: R\$ 9,8 milhões da Eletrobrás e R\$ 179,5 milhões do BNDES.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Principais alterações nas contas de resultado

Os Diretores da Companhia apresentam nas tabelas abaixo os valores relativos à demonstração de resultado consolidado para os exercícios de 2012 e 2011, seguidos de sua análise sobre as principais variações ocorridas entre os períodos.

	Consolidado				
	2012	AV%	2011	AV%	AH%
Receita operacional líquida	2.919.079	100,0	2.426.613	100,0	20,3
Custo do serviço de energia elétrica	(1.608.576)	(55,1)	(1.665.021)	(68,6)	(3,4)
Custo dos serviços prestados a terceiros	(401.144)	(13,7)	-	-	-
Lucro bruto	909.359	31,2	761.592	31,4	19,4
Despesas com vendas	(94.631)	(3,2)	(117.880)	(4,9)	(19,7)
Despesas gerais e administrativas	(286.985)	(9,8)	(227.931)	(9,4)	25,9
Outras receitas	23.652	0,8	24.554	1,0	(3,7)
Outras despesas	(50.148)	(1,7)	(16.850)	(0,7)	197,6
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	501.247	17,2	423.485	17,5	18,4
Receitas financeiras	231.931	7,9	141.341	5,8	64,1
Despesas financeiras	(311.134)	(10,7)	(297.494)	(12,3)	4,6
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(79.203)	(2,7)	(156.153)	(6,4)	(49,3)
Lucro antes dos impostos	422.044	14,5	267.332	11,0	57,9
Imposto de renda e Contribuição social corrente	(96.819)	(3,3)	(87.381)	(3,6)	10,8
Imposto de renda e Contribuição social diferido	(34.160)	(1,2)	32.103	1,3	-
Lucro líquido do exercício	291.065	10,0	212.054	8,7	37,2

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada foi de R\$ 2.919,1 milhões em 2012, contra R\$ 2.426,6 milhões em 2011, representando um aumento de 20,3% (R\$ 492,5 milhões). Este resultado decorre principalmente do aumento da receita de energia elétrica nos segmentos residencial e comercial, de R\$ 199,9 milhões (aumento de 16,0%) e R\$ 85,6 milhões (aumento de 18%), respectivamente.

Em 2012, foram concedidos reajustes e revisões tarifárias para as subsidiárias do Grupo Energisa, com os seguintes efeitos médios percebidos pelos consumidores: reajuste tarifário de 8,93% na Energisa Borborema, em 7 de fevereiro; reajuste tarifário de 4,97% na Energisa Sergipe, em 22 de abril; revisão tarifária com elevação de 1,20% na Energisa Minas Gerais e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

redução de 4,82% na Energisa Nova Friburgo, em 18 de junho; e reajuste tarifário de 3,78% na Energisa Paraíba, em 28 de agosto.

Receita de venda de energia elétrica e serviços

Receita Consolidada por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	2012	2011	Variação em R\$ milhões
(+) Receita de energia elétrica (mercado próprio)	3.203,5	2.861,2	+ 342,3
• Residencial	1.449,4	1.249,5	+ 199,9
• Industrial	483,2	474,3	+ 8,9
• Comercial	716,9	631,3	+ 85,6
• Rural	133,6	112,9	+ 20,7
• Outras classes	420,4	393,2	+ 27,2
(+) Suprimento de energia elétrica	100,1	23,3	+ 76,8
(+) Disponibilização do sistema elétrico	160,2	145,7	+ 14,5
(+) Vendas de energia a consumidores livres	206,3	132,1	+ 74,2
(+) Receitas de construção	342,3	265,1	+ 77,2
(+) Outras receitas	124,5	119,2	+ 5,3
(=) Subtotal - Receita operacional bruta consolidada	4.136,9	3.546,6	+ 590,3
(-) Impostos sobre receitas	(1.036,5)	(940,1)	- 96,4
(-) Encargos setoriais	(181,3)	(179,9)	- 1,4
(=) Total - Receita operacional líquida consolidada	2.919,1	2.426,6	+ 492,5

Custo do Serviço de Energia Elétrica e Serviços prestados a Terceiros

O Custo do Serviço de Energia Elétrica e Serviços prestados a Terceiros foi de R\$ 2.009,7 milhões em 2012, contra R\$ 1.665,0 milhões em 2011, representando um aumento de 20,7% (R\$ 344,7 milhões). Este resultado se deve principalmente ao aumento de R\$ 249,5 milhões (22,0%) nas contas de energia elétrica comprada para revenda e nos encargos de uso do sistema de transmissão e de distribuição.

Resultado Bruto

O resultado bruto consolidado em 2012 apresentou aumento de 19,4%, para R\$ 909,4 milhões, em consequência do aumento de R\$ 492,5 milhões da receita operacional líquida consolidada, aliado ao menor crescimento dos Custos dos Serviços de Energia Elétrica e Serviços prestados a Terceiros, que evoluíram R\$ 344,7 milhões no ano.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas apresentaram redução de 19,4%, para R\$ 94,6 milhões, em decorrência principalmente, da redução das despesas com serviço de terceiros que passaram de R\$ 47,6 milhões em 2011, para R\$ 41,6 milhões, em 2012, bem como da variação nas provisões para crédito de liquidação duvidosa. Em 2011, foram constituídas provisões no montante de R\$ 17,0 milhões e em 2012 foram revertidas provisões desta mesma natureza no valor de R\$ 7,3 milhões.

Já as despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de 25,9% (R\$ 59,1 milhões), para R\$ 287,0 milhões. Esse incremento decorre do aumento das despesas com pessoal e administradores, que cresceram R\$ 25,3 milhões, bem como do avanço das despesas com serviço de terceiros, de R\$ 22,7 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras consolidadas apresentou um aumento de 18,4% em 2012, atingindo R\$ 501,2 milhões.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2012 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 79,2 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 156,2 milhões em 2011, ou seja, 49,3% menor. Essa redução deve-se, principalmente, ao aumento das receitas no ano, que passaram de R\$ 141,3 milhões, em 2011, para R\$ 231,9 milhões, em 2012.

Resultado antes dos impostos

O resultado antes dos impostos apresentou um aumento de 57,9% (R\$ 154,7 milhões) na comparação com o registrado em 2011.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social cresceram 136,9% em 2012, para R\$ 131,0 milhões. A Companhia deixou de registrar no exercício o montante de R\$ 23,2 milhões, como também reverteu R\$ 28,6 milhões, referentes a parte de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, anteriormente constituídos, em face das estimativas de resultados não serem suficientes para compensação desses montantes.

Lucro Líquido

O lucro líquido consolidado atingiu R\$ 291,1 milhões em 2012, frente aos R\$ 212,1 milhões registrados no ano anterior. Esse resultado representa um incremento de 37,2% no ano. O avanço do lucro líquido decorre, em parte, do aumento de R\$ 492,5 milhões (20,3%) na receita líquida no ano, aliado ao menor crescimento das despesas operacionais, de R\$ 414,7 milhões (18,9%).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2011 e 01 de janeiro de 2011**

	Energisa Consolidada							
	2012	AV%	2011 (reclassificado)	AV%	AH%	01/01/2011 (reclassificado)	AV%	AH%
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalente de caixa	213.172	4,2	355.023	8,3	(40,0)	382.726	10,5	(7,2)
Aplicações mercado aberto/recursos vinculados	602.203	11,9	361.753	8,5	66,5	147.355	4,1	145,5
Clientes, consumidores e concessionárias	469.377	9,3	412.619	9,7	13,8	379.942	10,5	8,6
Títulos de créditos a receber	64.292	1,3	68.362	1,6	(6,0)	65.055	1,8	5,1
Estoques	12.551	0,2	11.368	0,3	10,4	10.684	0,3	6,4
Impostos a recuperar	121.839	2,4	106.948	2,5	13,9	112.703	3,1	(5,1)
Dividendos a receber	279	0,0	972	0,0	(71,3)	959	0,0	1,4
Despesas pagas antecipadamente	9.674	0,2	7.028	0,2	37,6	3.559	0,1	97,5
Baixa renda e outros créditos	94.728	1,9	84.868	2,0	11,6	71.735	2,0	18,3
Total do circulante	1.588.115	31,4	1.408.941	33,1	12,7	1.174.718	32,3	19,9
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
Aplicações mercado aberto/recursos vinculados	107.768	2,1	30.392	0,7	254,6	34.294	0,9	(11,4)
Clientes, consumidores e concessionárias	16.119	0,3	16.119	0,4	0,0	16.119	0,4	0,0
Títulos de créditos a receber	51.401	1,0	73.805	1,7	(30,4)	60.974	1,7	21,0
Impostos a recuperar	64.484	1,3	61.652	1,4	4,6	58.083	1,6	6,1
Créditos tributários	188.263	3,7	269.279	6,3	(30,1)	262.367	7,2	2,6
Depósitos e cauções vinculados	56.259	1,1	55.592	1,3	1,2	52.984	1,5	4,9
Instrumentos financeiros derivativos	79.716	1,6	39.600	0,9	101,3	9.891	0,3	300,4
Contas a receber da concessão	583.188	11,5	254.940	6,0	128,8	171.018	4,7	49,1
Outros	2.538	0,1	5.189	0,1	(51,1)	7.134	0,2	(27,3)
	1.149.736	22,7	806.568	18,9	42,5	672.864	18,5	19,9
Investimentos	16.372	0,3	12.553	0,3	30,4	12.605	0,3	(0,4)
Imobilizado	690.359	13,6	393.012	9,2	75,7	219.912	6,1	78,7
Intangível	1.614.791	31,9	1.637.329	38,4	(1,4)	1.554.127	42,8	5,4
Total do não circulante	3.471.258	68,6	2.849.462	66,9	21,8	2.459.508	67,7	15,9
Total do Ativo	5.059.373	100,0	4.258.403	100,0	18,8	3.634.226	100,0	17,2
Passivo								
Circulante								
Fornecedores	264.422	5,2	174.910	4,1	51,2	180.842	5,0	(3,3)
Encargos de dívidas	26.726	0,5	29.421	0,7	(9,2)	25.577	0,7	15,0
Empréstimos e financiamentos	442.018	8,7	160.123	3,8	176,0	261.131	7,2	(38,7)
Debêntures	116.028	2,3	74.366	1,7	56,0	13.754	0,4	440,7
Tributos e contribuições sociais	141.557	2,8	135.073	3,2	4,8	118.548	3,3	13,9
Parcelamento de impostos	3.177	0,1	4.551	0,1	(30,2)	13.662	0,4	(66,7)
Dividendos a pagar	10.664	0,2	1.954	0,0	445,8	1.905	0,1	2,6
Obrigações estimadas	20.383	0,4	18.343	0,4	11,1	16.823	0,5	9,0
Encargos do consumidor a recolher	16.303	0,3	20.164	0,5	(19,1)	16.647	0,5	21,1
Taxa de iluminação pública	7.607	0,2	6.980	0,2	9,0	4.982	0,1	40,1
Benefícios a empregados - plano de pensão	14.098	0,3	7.371	0,2	91,3	5.105	0,1	44,4
Obrigações Intrasetoriais	56.081	1,1	56.003	1,3	0,1	52.502	1,4	6,7
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	2.099	0,1	-
Outras contas a pagar	59.993	1,2	46.938	1,1	27,8	35.035	1,0	34,0
Total do circulante	1.179.057	23,3	736.197	17,3	60,2	748.612	20,6	(1,7)
Não circulante								
Fornecedores	5.763	0,1	5.312	0,1	8,5	4.739	0,1	12,1
Empréstimos e financiamentos	1.278.845	25,3	1.377.460	32,3	(7,2)	804.174	22,1	71,3
Debêntures	941.235	18,6	664.789	15,6	41,6	715.823	19,7	(7,1)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	24.099	0,6	-	47.836	1,3	(49,6)
Tributos e contribuições sociais	30.931	0,6	4.052	0,1	663,4	3.227	0,1	25,6
Imposto de renda/contribuição social diferido	15.902	0,3	34.897	0,8	(54,4)	9.056	0,2	285,3
Parcelamento de impostos	7.630	0,2	10.097	0,2	(24,4)	8.602	0,2	17,4
Provisão riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	69.821	1,4	70.589	1,7	(1,1)	80.123	2,2	(11,9)
Benefícios a empregados - plano de pensão	26.753	0,5	23.654	0,6	13,1	22.796	0,6	3,8
Outras contas a pagar	2.191	0,0	2.982	0,1	(26,5)	1.078	0,0	176,6
Total do não circulante	2.379.071	47,0	2.217.931	52,1	7,3	1.697.454	46,7	30,7
Patrimônio líquido								
Capital social	660.000	13,0	600.000	14,1	10,0	468.790	12,9	28,0
Ações em tesouraria	(42.675)	(0,8)	(42.675)	(1,0)	-	(42.675)	(1,2)	0,0
Reserva de capital	1.848	0,0	1.848	0,0	-	1.848	0,1	0,0
Reserva de lucros	761.029	15,0	701.984	16,5	8,4	724.624	19,9	(3,1)
Dividendos adicionais propostos	102.416	2,0	43.118	1,0	137,5	35.573	1,0	21,2
	1.482.618	29,3	1.304.275	30,6	13,7	1.188.160	32,7	9,8
Participação de acionistas não controladores	18.627	0,4	-	-	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	1.501.245	29,7	1.304.275	30,6	15,1	1.188.160	32,7	9,8
Total do passivo	5.059.373	100,0	4.258.403	100,0	18,8	3.634.226	100,0	17,2

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ATIVO****Circulante**

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2012 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 602,2 milhões, o que representa um aumento de 66,5% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente da emissão pela Energisa S.A de debêntures no montante de R\$ 400,0 milhões.

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2011 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 361,8 milhões, o que representa um aumento de 145,5% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$ 147,4 milhões. Esta variação decorre basicamente da emissão pela Energisa S.A de Notas Perpétuas Híbridas no montante líquido dos custos de captação de R\$ 329,6 milhões.

Despesas pagas antecipadamente: Em 31 de dezembro de 2012, as despesas pagas antecipadamente atingiram R\$ 9,7 milhões mil, o que representa um aumento de 37,6% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente do incremento da rubrica de adiantamentos para projetos de topografia de extensão das redes e ramais de distribuição, no montante de R\$ 1,9 milhão.

Despesas pagas antecipadamente: Em 31 de dezembro de 2011, as despesas pagas antecipadamente atingiram R\$ 7,0 milhões, o que representa um aumento de 97,5% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiram R\$ 3,6 milhões. Esta variação decorre basicamente do incremento da rubrica de adiantamentos para projetos de topografia de extensão das redes e ramais de distribuição, no montante de R\$ 3,7 milhões.

Baixa Renda e outros créditos: Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica atingiu R\$ 94,7 milhões, o que representa um aumento de 11,6% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente das ordens de serviço em execução atreladas a projetos de Eficiência Energética e aos programas de Pesquisa e Desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.

Baixa Renda e outros créditos: Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica atingiu R\$ 84,9 milhões, o que representa um aumento de 18,3% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$ 71,7 milhões. Esta variação decorre basicamente das ordens de serviço em execução atreladas a projetos de Eficiência Energética e aos programas de Pesquisa e Desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.

ATIVO**Não Circulante**

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2012 os títulos mantidos até o vencimento atingiu R\$ 107,8 milhões, o que representa um aumento de 254,6% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente das transferências de aplicações para o não circulante em função dos seus vencimentos.

Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2011 os títulos mantidos até o vencimento atingiu R\$ 30,4 mil, o que representa uma redução de 11% em comparação com 31 de dezembro de 2010 quando atingiu R\$ 34,3 milhões. Esta variação decorre basicamente das transferências de aplicações para o circulante em função dos seus vencimentos.

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2012 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 79,6 milhões, o que representa um aumento de 101,3% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

Instrumentos financeiros derivativos: em 31 de dezembro de 2011 os instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 39,6 milhões, o que representa um aumento de 300,4% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiram R\$ 9,9 milhões. Esta variação decorre basicamente do ajuste da marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a receber da concessão: com o advento da Lei 12.783/2013 foi confirmada a intenção do Poder Concedente de utilizar o Valor Novo de Reposição (VNR) para valoração dos créditos a receber da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Em 31 de dezembro de 2012 esses ativos atingiram R\$ 583,2 milhões, o que representa um aumento de 128,8% em comparação com 31 de dezembro de 2011.

Contas a receber da concessão: de acordo com a ICPC 01, as controladas reconheceram o ativo financeiro, referente ao direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro, como indenização da infraestrutura não amortizada ao final da concessão. Em 31 de dezembro de 2011 esses ativos atingiram R\$ 254,9 milhões, o que representa um aumento de 49,1% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$ 171,0 milhões. Esta variação está relacionada ao nível de investimentos realizados pelas controladas no exercício de 2011 e ao prazo final da concessão.

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica “imobilizado” atingiu R\$ 690,4 milhões, o que representa um aumento de 75,7% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre de investimentos em equipamentos para as centrais eólicas e pelos investimentos em PCHs.

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2011 a rubrica “imobilizado” atingiu R\$ 393,0 milhões, o que representa um aumento de 78,7% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$ 219,9 milhões. Esta variação decorre de investimentos em equipamentos para as centrais eólicas e pelos investimentos em PCHs.

PASSIVO Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2012, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 442,0 milhões, o que representa um aumento de 176,0% em relação a 31 de dezembro de 2011. O aumento no saldo decorre da emissão de debêntures e de outras captações que asseguraram recursos indispensáveis à continuidade dos investimentos no setor elétrico, bem como de transferência de empréstimos de passivo não circulante para circulante.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2011, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 160,1 milhões, o que representa uma redução de 39% em relação a 31 de dezembro de 2010, quando atingiram R\$ 261,1 milhões. A redução no saldo se deve ao fato de que no encerramento do exercício de 2010, a Companhia ainda não possuía autorização do BNDES para transferência dos financiamentos cindidos pela Energisa Soluções à Energisa Rio Grande motivo pelo qual toda a dívida no montante de R\$ 124,0 milhões foi apresentada no passivo circulante. No exercício de 2011 após obter essa autorização, essa dívida foi reclassificada para o passivo não circulante.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2012, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 116,0 milhões, o que representa um aumento de 56,0% em relação a 31 de dezembro de 2011. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o circulante de debêntures da 3ª emissão da Energisa S.A com vencimento em 2013.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2011, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 74,4 milhões, o que representa um aumento de 440,7% em relação a 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$ 13,8 milhões. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o circulante de debêntures da 3ª emissão da Energisa S.A com vencimento em 2012.

Outras contas a pagar: Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica outras contas a pagar do passivo circulante atingiram R\$ 60,0 milhões, o que representa um aumento de 27,8% em relação a 31 de dezembro de 2011. A variação no saldo decorre de obrigações regulatórias relacionadas a investimentos em projetos de Eficiência Energética e de Pesquisa e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Desenvolvimento tecnológico.

Outras contas a pagar: Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica outras contas a pagar do passivo circulante atingiram R\$ 46,9 milhões, o que representa um aumento de 34,0% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiram R\$ 35,0 milhões. A variação no saldo decorre de obrigações regulatórias relacionadas a investimentos em projetos de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento tecnológico.

PASSIVO

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2012, a conta "Empréstimos e Financiamentos" atingiu R\$ 1.278,8 milhões, o que representa uma redução de 7,2% em relação a 31 de dezembro de 2011. A redução no saldo decorre de transferência de empréstimos de passivo não circulante para circulante.

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2011, a conta "Empréstimos e Financiamentos" atingiu R\$ 1.377,5 milhões, o que representa um aumento de 71,3% em relação a 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$ 804,2 milhões. A variação no saldo decorre principalmente da emissão das Notas Perpétuas Híbridas e também pela reclassificação para o passivo não circulante dos financiamentos obtidos junto ao BNDES destinados aos projetos de geração que no encerramento do exercício de 2010 foram apresentados no passivo circulante.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2012, a conta "Debêntures" atingiu R\$ 941,2 milhões, o que representa um aumento de 41,6% em relação a 31 de dezembro de 2011. A variação no saldo decorre basicamente da 5ª emissão de debêntures da Energisa, no montante de R\$ 400,0 milhões.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2011, a conta "Debêntures" atingiu R\$ 664,8 milhões, o que representa uma redução de 7,1% em relação a 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$ 715,8 milhões. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o circulante de debêntures da 3ª emissão da Energisa S.A com vencimento em 2012.

Patrimônio Líquido

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2012, a conta Capital Social atingiu R\$ 660,0 milhões, o que representa um aumento de 10,0% em comparação com 31 de dezembro de 2011. Esta variação decorre do aumento de capital com aplicação de parte do saldo da reserva de retenção de lucros, conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de abril de 2012.

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2011, a conta Capital Social atingiu R\$ 600,0 milhões, o que representa um aumento de 28% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$ 468,8 milhões. Esta variação decorre do aumento de capital com aplicação de parte do saldo da reserva de retenção de lucros, conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de abril de 2011.

Dividendo adicional proposto: Em 31 de dezembro de 2012, a proposta de dividendos adicionais para o exercício foi de R\$ 102,4 milhões, o que representa um aumento de 137,5% em relação ao exercício de 2011. Esta variação decorre do aumento do lucro líquido do exercício de 2012.

Dividendo adicional proposto: Em 31 de dezembro de 2011, a proposta de dividendos adicionais para o exercício foi de R\$ 43,1 milhões, o que representa um aumento de 21,2% em relação à proposta do exercício de 2010, que foi de R\$ 35,6 milhões. Esta variação decorre do aumento do lucro líquido do exercício de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Principais alterações nas contas de resultado

Os Diretores da Companhia apresentam nas tabelas abaixo os valores relativos à demonstração de resultado consolidado para os períodos indicados, seguidos de sua análise sobre as principais variações ocorridas entre os períodos.

	2011	AV (%)	2010	AV (%)	AH (%)
Receita Operacional Líquida	2.426.613	100%	2.154.319	100%	13%
Custo dos Serviços de Energia Elétrica e Serviços de Terceiros	(1.665.021)	-69%	(1.491.646)	-69%	12%
Resultado Bruto	761.592	31%	662.673	31%	15%
Despesas/Receitas Operacionais	(338.107)	-14%	(298.739)	-14%	13%
Despesas com Vendas	(117.880)	-5%	(80.611)	4%	46%
Despesas Gerais e Administrativas	(227.931)	-9%	(219.173)	-10%	4%
Outras Receitas Operacionais	24.554	1%	8.558	0%	187%
Outras Despesas Operacionais	(16.850)	-1%	(7.513)	0%	124%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	423.485	17%	363.934	17%	16%
Resultado Financeiro	(156.153)	-6%	(99.497)	-5%	57%
Receitas Financeiras	141.341	6%	134.344	6%	5%
Despesas Financeiras	(297.494)	-12%	(233.841)	-11%	27%
Resultado antes dos impostos	267.332	11%	264.437	12%	1%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(55.278)	-2%	(69.789)	-3%	-21%
Corrente	(87.381)	-4%	(110.911)	-5%	-21%
Diferido	32.103	1%	41.122	2%	-22%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	212.054	9%	194.648	9%	9%

Receita de Venda de Bens e/ou Serviços

Receita Consolidada por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	2011	2010	Variação em R\$ milhões
(+) Receita de energia elétrica (mercado próprio)	2.861,2	2.623,2	+ 238,0
• Residencial	1.249,5	1.130,8	+ 118,7
• Industrial	474,3	459,0	+ 15,3
• Comercial	631,3	568,2	+ 63,1
• Rural	112,9	106,4	+ 6,5
• Outras classes	393,2	358,8	+ 34,4
(+) Suprimento de energia elétrica	23,3	26,9	- 3,6
(+) Disponibilização do sistema elétrico	145,7	129,1	+16,6
(+) Vendas de energia a consumidores livres	132,1	79,0	+ 53,1
(+) Receitas de construção	265,1	200,1	+ 65,0
(+) Outras receitas	119,2	93,0	+26,2
(=) Subtotal - Receita operacional bruta consolidada	3.546,6	3.151,3	+ 395,3
(-) Impostos sobre receitas	(940,1)	(850,8)	- 89,3
(-) Encargos setoriais	(179,9)	(146,2)	- 33,7
(=) Total - Receita operacional líquida consolidada	2.426,6	2.154,3	272,3

Receita Operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 2.426,6 milhões em 2011, contra R\$ 2.154,3 milhões em 2010, o que representa um aumento de 13%. Este resultado decorre principalmente ao aumento na receita de energia elétrica nos segmentos residencial e comercial, de R\$ 118,7 milhões (aumento de 10%) e R\$ 63,1 milhões (aumento de 11%), respectivamente.

No exercício de 2011, o Grupo Energisa obteve reajuste nas tarifas das suas distribuidoras de energia elétrica, com os seguintes efeitos médios percebidos pelos consumidores: 16,61% na

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Energisa Borborema, em 7 de fevereiro; 11,42% na Energisa Sergipe, em 22 de abril; 2,73 na Energisa Minas Gerais e 12,85% na Energisa Nova Friburgo, em 18 de junho; e 7,46 na Energisa Paraíba, em 26 de agosto.

Custo dos serviços de energia elétrica e serviços prestados

Os custos dos serviços de energia elétrica e serviços prestados foram de R\$ 1.665,0 milhões no exercício de 2011 em comparação a R\$ 1.491,6 milhões do exercício de 2010, representando um aumento de 12%. Este resultado se deve principalmente ao aumento de R\$ 98,7 milhões da energia elétrica comprada para revenda (aumento de 11%). Adicionalmente os "custos de construção" totalizaram R\$ 265,1 milhões no exercício de 2011, contra R\$ 200,1 milhões no exercício de 2010, o que representou um aumento de 32%.

Resultado Bruto

O resultado bruto em 2011 apresentou aumento de 15% sobre 2010, em consequência do aumento de R\$ 272,3 milhões da receita operacional líquida. Esse avanço foi parcialmente afetado pelo aumento de R\$ 173,4 milhões nos custos dos serviços de energia elétrica e serviços prestados.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas apresentaram aumento de 46,3% (R\$ 37,3 milhões), para R\$ 117,9 milhões, em decorrência principalmente, do aumento das despesas com serviço de terceiros que passaram de R\$ 37,4 milhões em 2010, para R\$ 47,6 milhões, em 2011, bem como da variação nas provisões para crédito de liquidação duvidosa. Em 2011, foram constituídas provisões no montante de R\$ 17,0 milhões e em 2010 foram revertidas provisões desta mesma natureza no valor de R\$ 7,2 milhões.

Já as despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de 4,0% (R\$ 8,7 milhões) em 2011, para R\$ 227,9 milhões. Esse incremento decorre do aumento das despesas com pessoal e administradores, que cresceram R\$ 16,2 milhões no ano.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$ 156,2 milhões no exercício de 2011 comparado a uma despesa financeira líquida de R\$ 99,5 milhões no exercício de 2010, um aumento de 57%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Aumento de R\$ 63,6 milhões nas despesas financeiras: Este aumento decorre basicamente da desvalorização do real em 12,6% perante o dólar ao longo do exercício de 2011, bem como do resultado das operações de *swap* de proteção cambial.

Resultado antes dos impostos

O resultado antes dos impostos apresentou um aumento de 1,1%, ou R\$ 2,9 milhões, na comparação do exercício de 2011 com o exercício de 2010.

Imposto de renda e contribuição social

Redução de R\$ 14,5 milhões (21%) na comparação entre os exercícios de 2011 e 2010, em função, principalmente, da redução de R\$ 23,5 milhões no imposto de renda e contribuição

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

social sobre o lucro corrente.

Lucro Líquido

Lucro líquido consolidado de R\$ 212,0 milhões no exercício de 2011, representando um incremento de 9% em relação ao registrado no exercício de 2010. Esse avanço do lucro líquido decorre em parte do acréscimo de 13,0% (ou R\$ 272,3 milhões) da receita operacional líquida consolidada no exercício de 2011, aliado ao menor crescimento das despesas operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - a) Resultados das operações da Companhia

O aumento das vendas de energia e serviços nas diversas controladas da Energisa S/A tem condicionado um crescimento significativo da receita operacional bruta da Companhia. Em 2012, a Energisa S/A apresentou aumento na receita operacional bruta de 16,6% (R\$ 590,3 milhões) em relação ao valor registrado no ano anterior, totalizando R\$ 4.136,9 milhões. As receitas advindas das operações de distribuição de energia nas diversas controladas foram equivalentes a 91,6% da receita operacional bruta consolidada da Companhia em 2012.

Em 2011, a receita operacional bruta totalizou R\$ 3.546,6 milhões, um acréscimo de 12,5% (ou R\$ 395,3 milhões) em relação ao montante registrado no ano anterior. As receitas advindas das operações de distribuição de energia nas diversas controladas foram equivalentes a 95,1% da receita operacional bruta consolidada da Companhia em 2011.

Em 2010, a receita operacional bruta totalizou R\$ 3.151,3 milhões, um acréscimo de 10,3% (ou R\$ 295,1 milhões) em relação ao montante registrado no ano anterior. As receitas advindas das operações de distribuição de energia nas diversas controladas foram equivalentes a 94,0% da receita operacional bruta consolidada da Companhia em 2010.

As despesas operacionais consolidadas totalizaram R\$ 2.417,8 milhões em 2012, crescimento de 20,7% (ou R\$ 414,7 milhões) em relação a 2011. Em 2011, totalizaram R\$ 2.003,1 milhões (crescimento de 11,8%) e em 2010 atingiram R\$ 1.791,4 milhões (crescimento de 12,0%).

A Energisa apresentou geração operacional ajustada de caixa consolidada (EBITDA ajustado consolidado) de R\$ 683,5 milhões em 2012 (+15,7% sobre 2011), R\$ 554,9 milhões em 2011 (+9,0% sobre 2010) e R\$ 542,2 milhões em 2010.

Descrição (Valores em R\$ milhões)	2012	2011	2010
(=) Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	501,2	423,5	363,9
(=) EBITDA	640,2	554,9	508,1
<i>Margem EBITDA sem ajustes (%)</i>	<i>21,9</i>	<i>22,9</i>	<i>23,6</i>
(+) Receitas de acréscimos moratórios	43,3	36,1	34,1
(=) EBITDA Ajustado consolidado	683,5	591,0	542,2
<i>Margem EBITDA Ajustado consolidado (%)</i>	<i>23,4</i>	<i>24,4</i>	<i>25,2</i>

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de venda de energia para os consumidores cativos não são reajustadas por um índice específico e sim, de acordo com a metodologia da ANEEL. Já a receita da energia vendida para os consumidores livres são impactadas pela variação no IGPM.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Variações no IPC-A afetam os contratos de compra de energia e alteram o resultado operacional. Além disso, variações nas taxas de juros afetam o resultado financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável à Companhia

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em agosto de 2012, foi concluída a aquisição de quatro Sociedades de Propósitos Específico ("SPEs") da Tonon Bioenergia, por, aproximadamente, R\$ 150 milhões, como previram contratos de compra e venda de ações, firmados em dezembro de 2011. Tais SPEs contemplam um portfólio de ativos e projetos com capacidade instalada de 170 MW em usinas termelétricas movidas a biomassa de cana-de-açúcar, sendo: 85% do capital social de duas unidades termelétricas já em operação, movidas a biomassa de cana-de-açúcar, com 60 MW de capacidade instalada total e 100% dos direitos de construir e explorar comercialmente outras duas usinas com mais 110 MW. Com foco na expansão dessas unidades, a Energisa investirá mais R\$ 350 milhões, visando alcançar até 2016 a produção de energia de, aproximadamente, 710 GWh por ano. As usinas termelétricas estão localizadas nos municípios Bocaina (SP) e Maracaju (MS).

Em 4 de fevereiro de 2012, a PCH Santo Antônio, no município de Bom Jardim (RJ), entrou em operação comercial com 8 MW de potência e geração anual de 42,0 GWh. Este é o último dos três projetos que estavam em construção na bacia do Rio Grande, associado às PCHs Caju (10 MW, em operação desde fevereiro de 2011) e São Sebastião do Alto (13,2 MW, em operação desde setembro de 2011). Juntas, as três usinas possuem 31,2 MW de capacidade instalada e produção anual de 157,4 GWh.

Em 27 de dezembro de 2012, entrou em operação a Unidade Geradora 1 da Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin ("PCH Zé Tunin"), da Energisa, com capacidade de 4,0 MW. Já a Unidade Geradora 2, também de 4,0 MW, entrou em operação no dia 12 de janeiro de 2013. A PCH Zé Tunin está localizada na bacia do Rio Pomba, no município de Guarani (MG), e tem capacidade de produção anual de 41,8 GWh. Até dezembro de 2012, os investimentos nessa PCH totalizaram R\$ 63,2 milhões.

c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01 de janeiro de 2013:

IFRS 1 - Isenções dos requerimentos de representação das informações comparativas para a IFRS 9;

IFRS 7 - Divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros;

IFRS 9 - Instrumentos financeiros - estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros. Entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36 R3);

IFRS 11 - Operações conjuntas - prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado (CPC 19 R2);

IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades - determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico (CPC 45);

IFRS 13 - Mensuração do valor justo - Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando este é exigido por outros pronunciamentos (CPC 46);

IAS 1 - Esclarecimentos dos requerimentos das informações comparativas;

IAS 16 - Classificação dos equipamentos de serviço;

IAS 19 - Benefícios a empregados - Traz modificação na contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano que exigem o reconhecimento dessas alterações conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" (CPC 33 R1);

IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas (CPC 35 R2);

IAS 28 - Investimentos em coligada e empreendimentos controladas em conjunto (CPC 18 R2).

IAS 32 - Efeitos tributários da distribuição dos instrumentos de patrimônio para os acionistas, entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2013 e Compensação de ativos e passivos financeiros, entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014;

IAS 34 - relatórios financeiros interinos e informações por segmentos para o total de ativos e passivos.

A Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras****a) Grau de eficiência dos controles**

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe constantemente em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os relatórios e os pareceres dos auditores independentes com relação às demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 não apontam quaisquer deficiências relevantes sobre os procedimentos e controles internos utilizados pela Energisa para elaboração das suas demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Em julho de 2012 a Energisa captou R\$ 400,0 milhões por meio da 5ª emissão de debêntures no montante de R\$ 400,0 milhões, destinados aos propósitos gerais da Companhia, com ênfase nos projetos de geração de energia.

b e c) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

a) Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço

Não aplicável

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável